



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**CAMPO GRANDE/MS**  
**Março/2014**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU/PR nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 1/2013.

CAMPO GRANDE/MS  
Março/2014

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
COM REFERÊNCIA AO ITEM 9.5 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013, A UNIDADE JURISDICIONADA NÃO REGISTROU CASOS DE DANO AO ERÁRIO PRATICADO POR SERVIDORES NO ANO DE 2013.....	13
<b>2 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE</b> .....	14
2.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	14
2.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	14
2.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL .....	16
2.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS .....	18
2.5 MACROPROCESSOS DE APOIO .....	20
2.6 PRINCIPAIS PARCEIROS .....	22
<b>3 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS</b> .....	22
3.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE.....	22
3.2 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO .....	24
<b>4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO</b> .....	24
4.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA .....	24
4.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS .....	25
4.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	26
4.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	27
4.5 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS .....	27
<b>5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</b> .....	28
5.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS .....	28
5.1.1 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA .....	28
5.1.1.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA .....	28
5.1.2 REALIZAÇÃO DA DESPESA .....	28
5.1.2.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	28
5.1.2.2 DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	29
5.1.2.3 ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA.....	29
5.2 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	30

5.2.1 ANÁLISE CRÍTICA .....	30
5.3 SUPRIMENTO DE FUNDOS .....	30
5.3.1 SUPRIMENTO DE FUNDOS – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO .....	30
5.3.2 SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF) .....	31
5.3.3 PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS .....	31
5.3.4 ANÁLISE CRÍTICA .....	31
6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS .....	32
6.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE .....	32
6.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	32
6.1.1.1 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	32
6.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO .....	33
6.1.2.1 ESTRUTURA DE CARGOS E DE FUNÇÕES .....	33
6.1.2.2 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE .....	33
6.1.3 CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	34
6.1.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS .....	34
6.1.4.1 CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA .....	34
6.1.4.2 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA .....	35
6.1.5 ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS .....	35
6.1.6 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS .....	35
6.1.7 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS .....	35
6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS .....	36
6.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA .....	36
6.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO .....	37
6.2.3 ANÁLISE CRÍTICA DOS ITENS 6.2.1 E 6.2.2 .....	37
6.2.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS .....	37
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO .....	38
7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS .....	38
7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO .....	38
7.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL .....	38

7.2.1.1 ANÁLISE CRÍTICA .....	39
7.2.2 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL.....	39
7.2.2.1 ANÁLISE CRÍTICA .....	39
8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	40
8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	40
8.2 POLÍTICA DE SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS.....	41
8.3 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	41
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS .	41
9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	42
9.2.1 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	42
9.4 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93 .....	43
9.4.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93....	43
9.4.2 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES .....	43
9.5 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV .....	44
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....	44
11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	44
11.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO .....	44
12.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	46
12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO .....	47
12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ .....	47
12.1.1 OPERAÇÕES POLICIAIS EM DESTAQUE .....	47
12.1.2 ESTATÍSTICAS DA PERÍCIA CRIMINAL E PAPIOSCOPIA.....	47
12.1.2.1 SETOR TÉCNICO CIENTÍFICO E UNIDADE TÉCNICO CIENTÍFICA.....	47
12.1.2.2 GRUPO DE IDENTIFICAÇÃO .....	48
12.2 ATIVIDADES DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA .....	49
12.2.1 IMIGRAÇÃO E PASSAPORTE .....	49
12.2.2 CONTROLE DE ARMAS E PRODUTOS QUÍMICOS.....	51
12.2.3 CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA .....	53
12.3 ATIVIDADES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA .....	54
13 RESULTADOS E CONCLUSÕES .....	57
13.1 ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS TRAÇADOS PARA O EXERCÍCIO DE 2013 .....	57

14.2 PRINCIPAIS MEDIDAS QUE DEVERÃO SER ADOTADAS NOS EXERCÍCIOS SEGUINTE S PARA MITIGAR OS DESVIOS DOS OBJETIVOS TRAÇADOS PARA O EXERCÍCIO DE 2013 .....	59
13.3 CONCLUSÃO.....	61
14 ANEXOS.....	62
14.1 QUADRO 14.1 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV .....	62
14.2 QUADRO 14.2 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	63

## LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

art. – artigo  
CGTI - Coordenação Geral da Tecnologia da Informação  
CGU – Controladoria-Geral da União  
CNAE – Cadastro Nacional de Atividade Econmica  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
COGER/DPF – Corregedoria Geral (Sede/Brasília)  
CPF – Cadastro de Pessoa Física  
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal  
CRC – Conselho Regional de Contabilidade  
CTI/DPF – Coordenação de Tecnologia da Informação (Sede/Brasília)  
DBR – Declaração de Bens e Rendas  
DCPQ/DPF - Divisão de Controle de Produtos Químicos (Sede/Brasília)  
DEA/CPLAM/DLOG - Divisão de Projetos de Edificações e Obras (Sede/Brasília)  
Dec. – Decreto  
DESARMA – Sistema criado pelo MJ para registro das armas recebidas nos postos credenciados da Campanha do Desarmamento  
DG/DPF – Direção Geral (Sede/Brasília)  
DN – Decisão Normativa  
DOU – Diário Oficial da União  
GAB/SR/DPF/MS – Gabinete do Superintendente Regional (MS)  
GEPOM/DPF/CRA/MS - Grupo Especial Polícia Marítima em Corumbá (MS)  
IN – Instrução Normativa  
IPL – Inquérito Polcial  
IRPF – Imposto sobre a renda da pessoa física  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
N/A – não aplicável  
N/D – não disponível  
n – número  
OCI – rgo de Controle Interno  
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
OMP - Ordem de Missão Polcial  
OSA - Ordem de Serviço Administrativo  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PAI - Processo Administrativo de Infração  
PC – Prestação de Contas  
PIB – Produto Interno Bruto  
Port. – Portaria  
PPA – Plano Plurianual  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RG – Relatório de Gestão  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIAR -  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria  
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SINARM - Sistema Nacional de Armas de Fogo  
SINIC – Sistema Nacional de Informações Criminais  
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SISAC – Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

SISCRIM - Sistema Nacional de Gestão de Atividades de Criminalística

SSG - Sistema de Segurança Geral

SSI - Subsistema de Segurança Institucional

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SVPI - Subsistema de Vigilância Patrimonial Terceirizada

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

SR – Superintendência Regional

SR/DPF/MS – Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul

DPF/DRS – Delegacia de Polícia Federal em Dourados/MS

DPF/CRA – Delegacia de Polícia Federal em Corumbá/MS

DPF/PPA – Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã/MS

DPF/NVI – Delegacia de Polícia Federal em Naviraí/MS

DPF/TLS – Delegacia de Polícia Federal em Três Lagoas/MS



## LISTA DE QUADROS, TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES

QUADRO 2.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL....	14
TABELA 1 – DADOS GEOGRÁFICOS DA REGIÃO ATENDIDA PELA SR/DPF/MS.....	16
TABELA 2 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA POLÍCIA FEDERAL. ....	18
TABELA 3 – MACROPROCESSOS DE APOIO DA POLÍCIA FEDERAL.....	20
TABELA 4 - DADOS OPERACIONAIS DA SR/DPF/MS.....	24
TABELA 5 – DADOS DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SR/DPF/MS. ....	24
QUADRO 4.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ .....	25
QUADRO 5.1.1.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA.....	28
QUADRO 5.1.2.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO .....	28
QUADRO 5.1.2.2 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO .....	29
QUADRO 5.2 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	30
QUADRO 5.3.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) .....	30
QUADRO 5.3.2 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR .....	31
QUADRO 5.3.3 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF).....	31
QUADRO 6.1.1.1 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ....	32
QUADRO 6.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	33
QUADRO 6.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE .....	33
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 .....	33
QUADRO 6.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES .....	34
QUADRO 6.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO .....	34
QUADRO 6.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12..	35
QUADRO 6.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA .....	36
QUADRO 6.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA .....	37
QUADRO 6.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	37

TABELA 6 – DADOS GERAIS DA FROTA DE VEÍCULOS DA SR/DPF/MS EM 2012....	38
QUADRO 7.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO .....	38
QUADRO 7.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL .....	39
QUADRO 8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	40
QUADRO 8.3 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA .....	41
QUADRO 9.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO .....	42
QUADRO 9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	43
TABELA 7 – PRODUÇÃO DA ÁREA TÉCNICO-CIENTIFICA EM 2012.....	47
TABELA 8 – PENDENCIAS, POR IDADE, DE SOLICITAÇÕES APRESENTADAS A ÁREA TÉCNICO-CIENTIFICA EM 2012 .....	48
TABELA 10 – RESUMO DAS ATIVIDADES RELATIVAS AO SINARM EM 2013.....	52
TABELA 11 – SITUAÇÃO DAS METAS PROJETADAS PARA AS ATIVIDADES RELACIONADAS AO CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA EM 2013 .....	53
TABELA 12 – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM RELAÇÃO AO CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA EM 2013 .....	53
TABELA 13 – RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE REPRESSÃO A DROGAS EM 2013 .....	54
TABELA 14 – RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO E AO TRÁFICO DE ARMAS EM 2012.....	54
TABELA 15 – RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE REPRESSÃO A CRIMES FINANCEIROS E DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS EM 2013.....	55
TABELA 16 – RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE REPRESSÃO A CRIMES FAZENDÁRIOS EM 2013 .....	55
TABELA 17 – RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE DEFESA INSTITUCIONAL EM 2012.....	55
TABELA 18 – RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE REPRESSÃO A CRIMES PREVIDENCIÁRIOS EM 2012 .....	56
QUADRO 14.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV .....	62
QUADRO 14.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA .....	63

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão está estruturado conforme disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, e demais orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 1/2013.

Os itens 3.3, 4.6, 4.7, 9.3, 11.3, 11.4, 11.5 e 11.6 da parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013 não se aplicam à natureza jurídica da UJ, porque esta UJ não tem entre suas atribuições ou conexão de suas atividades finalísticas com renúncias tributárias ou gestão de precatórios, não na existe na estrutura desta UJ uma unidade de auditoria interna, tendo executado sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e não está abrangida pelas exigências previstas na Lei nº 6.404/1976.

O itens 2.2, 4.2, 4.4 e 9.1 do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, apesar de aplicáveis à natureza jurídica da UJ, não serão relacionados neste Relatório de Gestão, pois, respectivamente estão a cargo de outra unidade ou não ocorreram no exercício de 2013.

De maneira similar, os itens 3, 28, 35 e 45 da Parte B do Anexo II da DN TCU nº 127, também apesar de se aplicaram à natureza jurídica da UJ, não ocorreram no período.

Relativamente ao item 7 da parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013 e considerando que o quadro A.7.1 da Portaria TCU nº 175/2013 diz respeito às Políticas de Governança institucionais e ao Planejamento Estratégico de TI, questões ligadas à gestão central do Órgão, estas dependem de estruturas de gestão como o Comitê de Governança em Telemática e resultam na formulação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e das Comunicações. Essas estruturas, quando tratadas no âmbito das unidades descentralizadas, assumem caráter tático ou operacional, constituindo o desmembramento da estratégia corporativa em adequação à realidade e às atribuições específicas das demais unidades componentes da organização. Assim, a resposta ao item 7 e preenchimento do Quadro A.7.1 será feita de forma centralizada pela CGTI, na condição de órgão central da área de TI, responsável pela condução das políticas corporativas para a área.

Com referência ao item 9.5 do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, a Unidade Jurisdicionada não registrou casos de dano ao erário praticado por servidores no ano de 2013.

As principais realizações da gestão no exercício foram a superação da quantidade apreendida de Cocaína, em relação ao exercício de 2012, visitas institucionais periódicas aos demais Órgãos das esferas federal e estadual, com o objetivo de otimização do relacionamento institucional e de facilitar o desenvolvimento de ações conjuntas, continuidade da Operação Sentinela-MS e da Operação Segurança-MS, desenvolvimento das ações da FORÇA-TAREFA-MS, realização de operações em decorrência de Conflitos Agrários, continuidade da realização de eventos de aprimoramento dos servidores no âmbito da SR/DPF/MS e descentralizadas, através de cursos de capacitação, com participação de servidores da SR/DPF/MS e das respectivas Delegacias Descentralizadas, e participação em eventos promovidos pelo Órgão-Central.

Também no exercício de 2013 foi instituído o Grupo de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – GPRED, vinculado à DRCOR/SR/DF/MS, foram concluídos os procedimentos licitatórios e as contratações de obras de reparos nas Delegacias de Dourados, Ponta Porã e Corumbá, foi firmado contrato de comodato entre esta UJ e o Shopping Campo Grande, para instalação de posto emissor de passaporte naquele ambiente.

As principais dificuldades para a realização dos objetivos da UJ foram novamente a defasagem de recursos orçamentários e financeiros destinados a esta UJ, face à universalidade de

demandas, além de persistir a situação de extrema carência de servidores do Plano Especial de Cargos (administrativos), sendo que tal percalço somente é contornado mediante a alocação de servidores da atividade-fim (policiais) para suprir as atividades da área-meio, originariamente afeta aos servidores administrativos.

## 2 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

### 2.1 Identificação da unidade jurisdicionada

**QUADRO 2.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo/Função essencial à Justiça			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça			<b>Código SIORG:</b> 316
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa:</b> Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul			
<b>Denominação Abreviada:</b> SR/DPF/MS			
<b>Código SIORG:</b> 1144	<b>CÓDIGO LOA:</b> N/A		<b>Código SIAFI:</b> 200354
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			<b>CNPJ:</b> 00.394.494/0084-63
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem Pública			<b>Código CNAE:</b> 8424-8/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(067) 3368-1100	(067) 3368-1101	(067) 3368-1155
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:gab.srms@dpf.gov.br">gab.srms@dpf.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Logradouro, Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, Campo Grande/MS, CEP 79110-503			
<b>Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<b>Criação:</b> Dec. 77.649, de 19/05/76 - DOU. 097, de 24/05/76			
<b>Transformada em Superintendência pelo:</b> Dec. 70.665, de 02/06/72 - DOU. 104, de 05/06/72			
<b>Atribuições e competências:</b> Art. 144 da Constituição Federal;			
<b>FUNAPOL:</b> Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<b>Estrutura:</b> Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007.			
<b>Regimento Interno:</b> Portaria MJ nº 3.961, de 24 de novembro de 2009, publicada no D.O.U. nº 225, de 25 de novembro de 2009; Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
As informações e orientações sobre os serviços oferecidos pela unidade se encontram disponíveis na página <a href="http://www.dpf.gov.br">www.dpf.gov.br</a> .			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
00001	Gestão Tesouro Nacional		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200354		00001	

### 2.2 Finalidade e competências institucionais da unidade

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi

posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias despesas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público.

Trata-se de Órgão permanente, específico singular, organizado e mantido pela União, e estruturado em carreira, com autonomia orçamentária, administrativa e financeira, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Justiça.

O seu Regimento Interno é aprovado pela Portaria nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011, publicada no DOU nº 01, Seção 1, de 02/01/2012, páginas 36/44, cujo instrumento define sua finalidade, no artigo 1º, incisos I a VI, a seguir transcritos:

Art. 1º O Departamento de Polícia Federal - DPF, órgão permanente, específico singular, organizado e mantido pela União, e estruturado em carreira, com autonomia orçamentária, administrativa e financeira, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Justiça, tem por finalidade exercer, em todo o território nacional, as atribuições previstas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal, no § 7º do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e, especificamente:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, bem assim outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho de bens e valores, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União;

V - coibir a turbação e o esbulho possessório dos bens e dos prédios da União e das entidades integrantes da administração pública federal, sem prejuízo da manutenção da ordem pública pelas Polícias Militares dos Estados; e

VI - acompanhar e instaurar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem assim prevenir e reprimir esses crimes.

As competências institucionais da Polícia Federal envolvem exercer com exclusividade as funções de polícia judiciária da União (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal), e são voltadas a apuração de infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins; prevenir e reprimir o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; prevenir e reprimir crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro de habitação, contra a previdência social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal o Controle Migratório; Controle de Armas; Controle de Empresas de Segurança Privada; Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes; Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras; Identificação Criminal e Civil; Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório, Serviço de Estatística Criminal, Controle de Conflitos Fundiários, Representação Externa – INTERPOL, e de Proteção a Testemunhas.

Apresenta-se na Tabela 1 a seguir, alguns dados geográficos sobre a área de atuação onde está inserida a SR/DPF/MS.

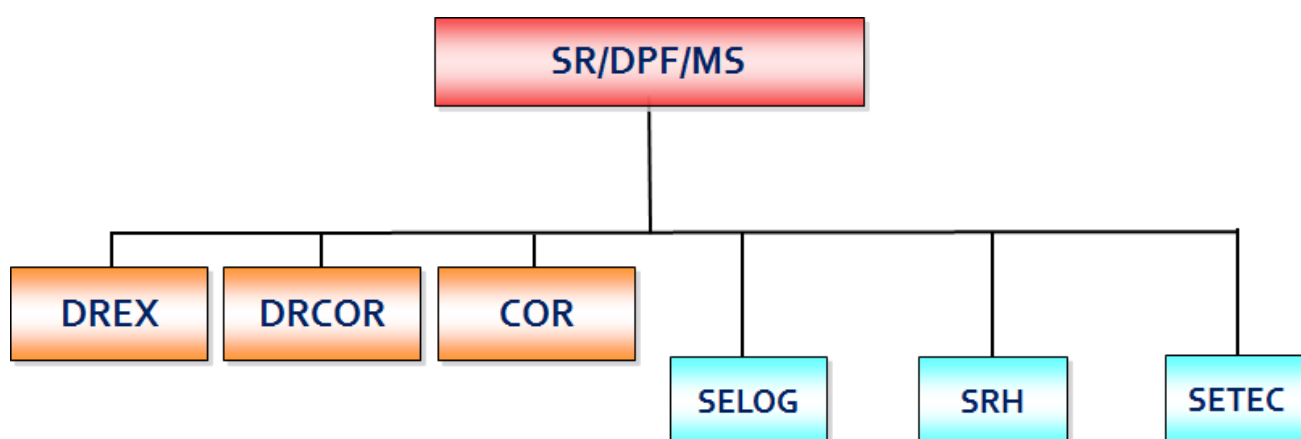
**TABELA 1 – DADOS GEOGRÁFICOS DA REGIÃO ATENDIDA PELA SR/DPF/MS.**

Área	Quantidade de municípios	Quantidade de zonas eleitorais	Quantidade de unidades de conservação	Extensão da Fronteira	População indígena	Área de reservas indígenas
357.146	79	54	6	1.480	77.025	6.781

**Fonte:** Boletim de Serviço nº 34, de 18/02/2014, disponível na página da Intranet.

Conforme já exposto, toda a atuação da instituição foca-se no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, do estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.” Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os Estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana”.

### 2.3 Organograma funcional



Ao Superintendente Regional compete promover o desenvolvimento das atividades, ações e operações referentes às atribuições da Polícia Federal, no âmbito de sua área de competência, conforme o disposto no artigo 35 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.

Às Delegacias Regionais Executiva (DREX) e de Investigação e Combate ao Crime Organizado (DRCOR) competem as atividades de planejar, coordenar, controlar, fiscalizar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação, conforme o disposto no artigo 35 do citado Regimento Interno do DPF.

À Corregedoria-Geral de Polícia Federal (COR) cabe dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades correicional e disciplinar no âmbito da Polícia Federal, conforme o definido no artigo 14 do Regimento Interno do DPF.

Aos Setores de Administração e Logística Policial (SELOG), de Recursos Humanos (SRH) e Técnico-Científico (SETEC) compete planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação, conforme o definido no artigo 24 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.



## 2.4 Macroprocessos finalísticos

O DPF, como órgão singular, segue as diretrizes emanadas pela Direção-Geral, que traça as bases para a consecução dos objetivos macros da entidade, considerando, para isso, cada uma das unidades descentralizadas em suas idiossincrasias (características geográficas, estrutura, tipos de ilícitos enfrentados, logística necessária, dentre outras).

Dessa forma, cada unidade descentralizada busca nos macroprocessos traçados no âmbito da Direção-Geral o direcionamento das ações que realiza, de forma que o somatório dos processos desencadeados se alinhem, no contexto geral, com o pretendido pelo órgão.

Os macroprocessos finalísticos da Polícia Federal, aos quais esta Superintendência Regional se alinha, foram aprovados pelo Diretor-Geral do Órgão por meio do Despacho Nº 351/2013-GAB/DPF, de 15/04/2013, tendo sido conduzidos os processos apresentados na Tabela 2 a seguir nesta SR/DPF/MS.

**TABELA 2 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA POLÍCIA FEDERAL.**

<b>MACROPROCESSOS</b>	<b>PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO</b>
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional.
Controle da Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados a autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos
Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.
Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.



MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.
Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e aos direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à Testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.
Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.
Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.
<b>Fonte:</b> Arquitetura de Processos da Polícia Federal	

As principais atividades desenvolvidas dentro de cada macroprocesso constante da tabela anterior, assim como os resultados alcançados, estão detalhados no item 13.1 deste Relatório de Gestão.

## 2.5 Macroprocessos de apoio

Os macroprocessos de apoio são aqueles que proveem suporte adequado aos macroprocessos finalísticos, tendo sido aprovados pelo citado Despacho Nº 351/2013-GAB/DPF, de 15/04/2013, e no caso específico desta UJ foram conduzidos no exercício 2013 os macroprocessos de apoio apresentados na Tabela 3 a seguir.

**TABELA 3 – MACROPROCESSOS DE APOIO DA POLÍCIA FEDERAL.**

<b>MACROPROCESSOS</b>	<b>PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO</b>
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Correição e Controles Internos	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária,
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.
Gestão de Tecnologia da Informação	Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.

**Fonte:** Arquitetura de Processos da Polícia Federal

Relativamente ao macroprocesso Gestão Organizacional e Estratégica, estão apresentados nos itens seguintes os principais produtos obtidos em 2013.

- Portaria nº 47/2013–GAB/SR/DPF/MS de 1º de março de 2013. Atualiza procedimentos concernentes a comunicações de prisões em flagrante, inclusive por meio de correio eletrônico, propiciando a otimização de recursos financeiros e de pessoal empregados para tal fim, e agilização das comunicações.
- Portaria nº 43/2013–COR/SR/DPF/MS de 1º de março de 2013. Padroniza e uniformiza trabalhos de Polícia Judiciária.
- Instrução de Serviço nº 5/2013–SR/DPF/MS de 8 de março de 2013. Dispõe sobre a padronização de procedimentos em Inquéritos Policiais com autorização judicial para interceptação de sinais de comunicação no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso do Sul e respectivas Delegacias Descentralizadas, e dá outras providências.
- Instrução de Serviço nº 6/2013–SR/DPF/MS de 6 de março de 2013. Estabelece procedimentos para a tramitação das notícias-crime com diligências prévias nesta Sede e nas Delegacias Descentralizadas, bem como aquelas envolvendo falsificação de moeda, somente no âmbito desta Sede da Superintendência do Departamento de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul.
- Instrução de Serviço nº 7/2013–SR/DPF/MS de 6 de março de 2013. Estabelece sistemática procedimental que define a tramitação de expedientes (sentenças/declínios de competência) oriundos da Justiça, os quais tenham por objeto a destinação de bens apreendidos no âmbito da Sede da Superintendência do Departamento de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul e respectivas Delegacias Descentralizadas.
- Portaria nº 48/2013–GAB/SR/DPF/MS de 8 de março de 2013. Estabelece a utilização do cartão “CORINGA” do Sistema Good Card, em caráter extraordinário, para abastecimento de combustíveis e manutenção de viaturas do DPF de outro Estado, oficial ou com autorização de uso, ou veículo apreendido que esteja em deslocamento para entrega à Justiça ou à Receita Federal
- Instrução de Serviço nº 8/2013–SR/DPF/MS de 16 de setembro de 2013. Atualiza a sistemática procedimental que define a tramitação de expedientes (sentenças/declínios de competência) oriundos da Justiça, os quais tenham por objeto a destinação de bens apreendidos no âmbito da Sede da Superintendência do Departamento de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul e respectivas Delegacias Descentralizadas.
- Instrução de Serviço nº 9/2013–SR/DPF/MS de 24 de dezembro de 2013. Atualiza a composição, a gestão e o funcionamento dos Grupos de Perícia do Setor Técnico-Científico da SR/DPF/MS.

Com relação à Correição e Controles Internos, as informações respectivas constam do item 4.

Sobre os macroprocessos Logística, Gestão de Obras e Edificações Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil, as despesas referentes aos contratos celebrados para manutenção da unidade, assim como todas as demais despesas incorridas para suporte da atividade da UJ, foram conduzidas a contento e registradas adequadamente nos sistemas governamentais.

Relativamente à Gestão de Pessoas, as atividades desenvolvidas nesta UJ e os respectivos produtos obtidos encontram-se apresentados no item 6 deste Relatório de Gestão.

## 2.6 Principais parceiros

No cumprimento de sua missão constitucional a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul se relaciona, de modo geral, com todas as demais instituições públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal, com ênfase aquelas diretamente ligadas à segurança pública.

Principais órgãos de interação:

- JUSTIÇA FEDERAL
- JUSTIÇA ESTADUAL
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
- MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
- ABIN - Agência Brasileira de Inteligência
- INTERPOL - Organização Internacional de Polícia Criminal (International Criminal Police Organization)
- FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS
- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio
- INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
- POLÍCIA MILITAR
- POLÍCIA CIVIL
- POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
- RECEITA FEDERAL DO BRASIL
- SEJUSP-MS - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul

## 3 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 3.1 Planejamento da unidade

Os objetivos estratégicos da Polícia Federal consubstanciam o Plano Estratégico 2010/2022, o Portfólio Estratégico e o Mapa Estratégico da Polícia Federal, aprovados através Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 3 de novembro de 2010. Naquele documento a Direção Geral do Órgão elencou os seguintes objetivos institucionais e estratégicos para o período em questão:

- 1) Fortalecer a cultura de gestão estratégica;
- 2) Valorizar o servidor;
- 3) Ampliar a credibilidade institucional;
- 4) Reduzir a criminalidade;
- 5) Promover a cidadania;
- 6) Incrementar os Acordos e Parcerias;
- 7) Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais;
- 8) Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação;

## 9) Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico.

Sob o aspecto do objetivo de redução da criminalidade cabe destacar a superação da apreensão de cocaína no exercício de 2013, comparativamente ao total apreendido em 2012; continuidade das operações de caráter permanente desenvolvidas no âmbito desta Superintendência da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, Operação Sentinela-MS, e Operação Segurança-MS; a continuidade do desenvolvimento das ações concernentes a Operação FORÇA-TAREFA-MS; a continuidade do apoio prestado no contexto da Operação ÁGATA sob a égide do Exército Brasileiro; e a continuidade do apoio prestado no contexto das ações desenvolvidas pelo Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira-GGIF, sob a égide da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.

Com especial relevância destacam-se as ações preventivas concernentes aos grandes eventos a serem realizados em breve no Brasil – Copa do Mundo FIFA-2014, e Olimpíadas-2016, demandando, desde já, especial atenção no que concerne a implementação de medidas adicionais de controle nos portos, aeroportos, e regiões de fronteira, tanto em relação ao domínio do conhecimento - Inteligência Estratégica e Inteligência Policial, quanto à repressão ostensiva aos mais variados ilícitos.

Mato Grosso do Sul, em decorrência de suas particularidades geográficas, fronteira com Bolívia e Paraguai, com importantes pontos regulares de imigração, considerando o seu grande potencial turístico, e com extensa malha rodoviária ligando o centro-oeste do Brasil a todas as demais regiões, é foco de grande atenção.

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição, a Superintendência de Mato Grosso do Sul vem atuando mais notadamente na repressão ao tráfico de drogas, armas e munições, na solução pacífica das questões agrárias envolvendo as demandas das comunidades indígenas, no combate ao desvio de recursos públicos, e no combate aos crimes ambientais.

A partir da indicação dos objetivos estratégicos apresentados pela Direção-Geral do DPF, a gestão desta Regional mantém reuniões com as chefias visando indicar as melhores práticas para alcançar aqueles objetivos.

Vem sendo mantida a integração entre o Estado Brasileiro e os países vizinhos Paraguai e Bolívia, limítrofes ao Estado do Mato Grosso do Sul. Nesse sentido os acordos firmados entre o Brasil e o Paraguai, visando cooperação técnica, troca de informações e operativos conjuntos, inclusive com agentes de enlaces atuando em ambos os Estados, além do acordo internacional com a Bolívia, nos mesmos moldes, repercutem de forma plenamente positiva.

Outra estratégia mantida e que merece destaque é a atuação da área de inteligência policial. Como medida subsequente a reestruturação dos núcleos de inteligência e instalação do Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado – CICOR, que abriga todas as unidades de inteligência em um único local, visando otimizar meios lógicos, estruturais e de pessoal, e mediante a padronização dos procedimentos nessa área de atuação.

No que concerne à infraestrutura das Unidades da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, em decorrência da conclusão ocorrida no ano de 2013, dos processos de licitações e dos processos de contratações das obras de reformas das Delegacias de Polícia Federal em Ponta Porã, Dourados e Corumbá, em 2014 será realizada a execução de tais serviços. Ainda nesse contexto, esta prevista para 2014 a conclusão dos processos de licitações e dos processos de contratações das obras de ampliação da Delegacia de Polícia Federal em Naviraí.

Tais medidas redundam em benefícios, e por vezes na otimização de toda a atividade-fim da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, cujo plano de ação é plenamente positivo e eficiente face aos objetivos delineados.

Dentro do contexto de ação estratégica prevista no Plano Estratégico 2010/2022, esta UJ elaborou o Plano de Logística Sustentável, com vistas a prover a administração de uma ferramenta de planejamento que, por meio da indução de mudança comportamental e cultural dos servidores e gestores, permite aos órgãos ou entidades estabelecer e monitorar práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

### 3.2 Informações sobre outros resultados da gestão

Apresentam-se, resumidamente nas Tabelas 4 e 5 a seguir, os principais resultados alcançados no exercício de 2013, traduzidos em números, com as atividades de polícia judiciária e administrativa a cargo da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul.

**TABELA 4 - DADOS OPERACIONAIS DA SR/DPF/MS.**

IPL relatado	Operações policiais	Prisões e conduções coercitivas	Mandados de busca e apreensão	Flagrantes	Indiciados	Maconha	Cocaína	Laudos periciais elaborados
1.865	7	40	127	683	2.448	89.027,930	6.385,170	2.881

**Fonte:** Boletim de Serviço nº 34, de 18/02/2014, disponível na página da Intranet.

Na Tabela 4, verifica-se o desempenho desta UJ em relação ao objetivo 4 previsto no Plano Estratégico 2010/2022.

**TABELA 5 – DADOS DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SR/DPF/MS.**

SINIC	Passaportes	Movimento Aeroporto	Estrangeiros	Número de agências bancárias	Número de empresas de vigilância	Numero de empresas de produtos químicos
31.609	16.178	1.123.047	11.604	280	53	154

**Fonte:** Boletim de Serviço nº 34, de 18/02/2014, disponível na página da Intranet.

Na Tabela 5, podem ser observados dados relativos ao desempenho desta UJ em relação aos objetivos 3, 4 e 5 do citado Plano Estratégico 2010/2022.

## 4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

Os subitens 3.3.1, 3.3.2, 3.3. e 3.3.4 do item 3.3 Remuneração Paga a Administradores, da Portaria TCU nº 175/2013, não se aplicam a natureza jurídica desta UJ, portanto não serão relacionados neste Relatório de Gestão, assim como os respectivos quadros.

### 4.1 Estrutura de governança

Encontra-se prevista no planejamento estratégico de médio prazo do Órgão a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Internos, por meio da criação de projeções regionais em todas as vinte e sete Superintendências. Porém, a Regional da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul ainda não possui Unidade de Controles Interno que possa responder sobre a natureza dos controles em questão.

Tais atribuições são realizadas internamente pelo Assessor de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal e pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça.

Ainda sob o aspecto de Governança, esta UJ também recebe auditoria da Controladoria-Geral da União, no exercício em que é contemplada para tal visita, assim como responde aos demais

órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal quando demandada.

#### 4.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos

**QUADRO 4.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X

25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Análise Crítica:</b> O Sistema de Controles Internos administrativos da UJ parecem apresentar bom funcionamento e suficientemente capazes de garantir o atendimento às exigências legais aplicáveis e às determinações emanadas do Órgão Central e da administração local.					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b> (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> . (3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> . (5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

#### 4.3 Sistema de Correição

O sistema de correição da SR/DPF/MS é composto pela Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR, que é integrada, por sua vez, pelo Núcleo de Disciplina - NUDIS e Núcleo de Correições – NUCOR.

A estrutura do sistema de correições da SR/DPF/MS conta com três Delegados de Polícia Federal, quatro Escrivães de Polícia Federal, dois Agentes de Polícia Federal e um servidor do Plano Especial de Cargos (ADM).

As atividades do sistema de correição estão normatizadas no Regimento Interno (Portaria nº 2.877/2011-MJ), instruções normativas IN nº 11/2001-DG/DPF, de 27/06/2001, IN nº 13/2005-DG/DPF, de 15/06/2005 e IN nº 043/2010-DG/DPF, de 23/12/2010.

Estão reproduzidos a seguir, os artigos 227 ao 229 da IN nº 13/2005-DG/DPF, que traz as competências da Corregedoria Regional de Polícia Federal e seus respectivos núcleos:

Art. 227. À Corregedoria Regional de Polícia Federal compete:

I - distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial contra servidores do DPF, comunicando tal ato à COAIN/COGER;

II - planejar e executar o Plano de Correições;

III - decidir sobre conflitos de competência, suscitados pelas autoridades policiais;

IV - promover estudos sobre assuntos relacionados a pedidos de instauração de inquérito policial;

V - determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas;

VI - controlar a tramitação de inquéritos policiais e de termo circunstanciado, bem como seus desfechos em Juízo;

VII - decidir sobre a competência da instauração e presidência de expedientes de polícia judiciária que envolvam infrações penais de natureza diversa perpetradas em conexão, ou em continência;

VIII - submeter o Relatório de Correições e de estatísticas mensais à CGCOR/COGER;

IX - promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência infracional de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Corregedor-Geral.

Art. 228. Ao Núcleo de Disciplina compete:



- I - receber e registrar informações que noticiem irregularidades praticadas por servidores;
  - II - instaurar sindicâncias, processos administrativos e disciplinares, bem como controlar seus prazos legais;
  - III - elaborar portarias relativas a elogios e à aplicação de sanções disciplinares;
  - IV - executar prisão disciplinar;
  - V - escriturar, em ordem cronológica, dados nos livros de registros de sindicâncias, processos administrativos e disciplinares;
  - VI - executar e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do Sistema SAD, na área de atuação da Superintendência;
  - VII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Corregedor Regional.
- Art. 229. Ao Núcleo de Correições compete:
- I - executar o Plano de Correições Periódicas, bem como as atividades relacionadas aos procedimentos correccionais das delegacias especializadas e descentralizadas;
  - II - examinar autos de inquéritos policiais e termos circunstanciados, antes de serem remetidos à autoridade judiciária;
  - III - registrar, controlar e executar a tramitação dos procedimentos judiciais, o cumprimento de diligências e mandados expedidos por autoridades judiciárias e requisições expedidas pelo Ministério Público;
  - IV - controlar e fiscalizar os prazos legais relativos à instauração e à conclusão de inquéritos policiais, termos circunstanciados e investigações policiais preliminares,
  - V - elaborar pareceres relativos a conflitos de atribuição, suscitados pelas autoridades policiais, bem como o Relatório de Correições;
  - VI - avaliar o trabalho desenvolvido pelas autoridades policiais;
  - VII - executar e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do SINPRO, na área de atuação da Superintendência;
  - VIII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Corregedor Regional.

#### 4.4 Cumprimento pela instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

As disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24/07/2007, são observadas pela SR/DPF/MS, sendo que o NUDIS/COR/SR/DPF/MS alimenta e atualiza o sistema CGU-PAD rotineiramente.

#### 4.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Esta UJ não instituiu indicadores para monitoramento e avaliação do funcionamento dos controles internos, a avaliação da efetividade dos controles internos encontra-se no campo apropriado do Quadro 4.2.

## 5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 5.1 Execução das despesas

Os quadros A.4.1.1, A.4.1.2.2, A.4.1.3.1, A.4.1.3.2, A.4.1.3.3 e A.4.1.3.4, da Portaria TCU nº 175/2013, serão preenchidos de forma centralizada pela Direção Geral do Órgão.

#### 5.1.1 Movimentação de créditos interna e externa

##### 5.1.1.1 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa

**QUADRO 5.1.1.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA**

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Concedidos</b>						
<b>Recebidos</b>	200336	200354	14WH			540.594,63
			2000			7.991.205,78
			2004			10.100,54
			2726			3.676.072,80
			7U23			477.583,13
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
<b>Concedidos</b>						
<b>Recebidos</b>	200336	200354	2000	174.760,66		
			20IC	4.238.187,88		
			2586	173.823,20		
			2726	1.418.472,66		

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 5.1.2 Realização da despesa

##### 5.1.2.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação

**QUADRO 5.1.2.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>5.328.686,43</b>	<b>4.933.968,05</b>	<b>4.574.207,59</b>	<b>4.865.869,86</b>
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços		200.772,73	-	200.772,73
c) Concorrência		-	-	-
d) Pregão	4.966.185,01	4.733.195,32	4.935.990,81	4.665.097,13
e) Concurso	-	-	-	-

f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>998.763,72</b>	<b>1.011.718,72</b>	<b>998.763,72</b>	<b>1.011.718,72</b>
h) Dispensa	1.921.389,38	723.080,90	1.921.389,38	723.080,90
i) Inexigibilidade	294.640,23	288.637,82	288.618,45	288.637,82
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>314.907,97</b>	<b>137.899,80</b>	<b>296.968,72</b>	<b>137.899,80</b>
j) Suprimento de Fundos	314.907,97	137.899,80	296.968,72	137.899,80
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>4.071.565,74</b>	<b>3.031.471,04</b>	<b>4.071.565,74</b>	<b>3.024.280,65</b>
k) Pagamento em Folha <sup>1</sup>	n/a	n/a	n/a	n/a
l) Diárias	4.071.565,74	3.031.471,04	4.071.565,74	3.024.280,65
<b>5. Outros</b>	<b>562.426,82</b>	-	<b>562.426,82</b>	-
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>11.213.475,07</b>	<b>9.115.057,61</b>	<b>10.440.457,36</b>	<b>9.039.769,03</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

<sup>1</sup> O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

### 5.1.2.2 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação

#### QUADRO 5.1.2.2 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
08 - Outros benefícios assistenciais	28.965,91	23.758,16	28.965,91	23.758,16	28.965,91	23.758,16	28.965,91	23.758,16
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
14 – Diárias pessoal Civil	4.071.565,74	2.819.861,56	4.071.565,74	2.819.861,56		-	4.071.565,74	2.819.261,94
30 – Mat. Consumo	1.846.980,65	1.299.514,67	1.564.983,70	1.018.436,36	281.996,95	281.078,31	1.564.983,70	950.485,44
36 – Outros sv de terceir. PF	357.298,71	72.801,76	333.994,71	72.801,76	276.769,52	-	333.994,71	72.801,76
37 – Locação de mão de Obra	2.470.392,13	2.284.121,14	2.462.801,95	2.283.535,78	23.304,00	585,36	2.462.549,89	2.283.535,78
39 – Outros sv de terceir. PJ	2.418.147,99	2.573.280,44	1.988.135,18	2.011.742,95	7.590,18	561.537,49	1.952.171,26	2.011.595,68
Demais elementos do grupo	535.572,57	940.321,01	533.460,91	867.391,61	2.111,66	-	533.460,91	868.377,15
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4. Investimentos</b>								
51 – Obras e instalações	1.188.624,90	746.139,52		200.772,73	1.188.624,90	545.366,79		200.772,73
52 – Eq. Mat. Permanente	4.816.619,50	317.901,21	738.283,12	13.248,49	4.078.336,38	304.652,72	738.283,12	3.380,99
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI gerencial

### 5.1.2.3 Análise crítica da realização da despesa

A variação observada no grupamento de despesas correntes está impactada pelo aumento das despesas com diárias, decorrente dos Grandes Eventos ocorridos em 2013, Jornada Mundial da Juventude e Copa das Confederações, que provocaram deslocamento de grande efetivo para as sedes dos eventos.

Relativamente às despesas de capital, verifica-se o impacto das contratações das obras de reforma e manutenção das delegacias da região de fronteira, bem como as aquisições de material permanente para o PROMASP, equipamentos de TI e veículos.

## 5.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

**QUADRO 5.2 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2013	6.292.626,05	406.486,94	188.604,97	5.850.226,96
2012	1.692.792,68	341.349,36	1.330.488,34	43.414,98
2011	975.337,33	434.399,57	518.477,76	22.460,00
2010	2.074.788,61	142.715,60	1.932.073,01	0,00
2009	1.143.842,87	231.402,26	846.128,85	66.311,76
2008	4.735.906,35	261.005,92	4.474.900,41	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2013	39.556,43	39.556,43-	0,00-	0,00-
2012	-	-	-	-
2011	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
2009	6.200,67	6.200,67	-	-
2008	1.025,65	-	-	1.025,65

Fonte: SIAFI gerencial

### 5.2.1 Análise crítica

Como ocorrido em exercícios anteriores, a inscrição de restos a pagar decorreu, em sua quase totalidade, às parcelas finais (dezembro) dos contratos de serviços continuados vigentes. Além disso, também houve a inscrição de aquisições de bens permanentes e reformas contratadas no término do ano.

## 5.3 Suprimento de fundos

O subitem 4.5.2 da Portaria TCU nº 175/2013 não se aplica à realidade desta UJ, pois não são utilizadas contas daquele tipo “B” por esta UJ.

### 5.3.1 Suprimento de fundos – despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

**QUADRO 5.3.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)**

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013			328	276.390,75	30	20.577,97	296.968,72
2012			181	123.363,81	30	16.984,33	140.348,14
2011			285	220.739,70	28	16.307,53	237.047,23

Fonte: SIAFI gerencial

### 5.3.2 Suprimento de fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

**QUADRO 5.3.2 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR**

Valores em R\$ 1,00

Código da UG	200354	Limite de Utilização da UG	9.272,39		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ALEXANDRE PIRES DIAS TEIXEIRA	043.071.067-41	3.839,84	1.153,02	2.686,82	3.832,86
ARNALDO MENDONÇA JUNIOR	592.431.711-00	2.820,19	1.324,00	1.470,34	2.788,34
CELSO ALVARENGA ARAKAKI	800.913.341-87	2.612,36		2.611,01	2.611,01
<b>Total Utilizado pela UG</b>			2.477,02	6.768,17	9.232,21

Fonte: SIAFI gerencial

### 5.3.3 Prestações de contas de Suprimento de Fundos

**QUADRO 5.3.3 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)**

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							37	296.968,72				

Fonte: SIAFI gerencial

### 5.3.4 Análise Crítica

O aumento observado na utilização de Suprimento de Fundos, comparativamente a 2012, reflete também o impacto das movimentações decorrentes dos Grandes Eventos ocorridos em 2013, Jornada Mundial da Juventude e Copa das Confederações, além das mobilizações necessárias para as ações de neutralização e pacificação dos conflitos agrários envolvendo terras indígenas, observados durante todo o exercício de 2013.

## 6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Relativamente à situação questionada pelo subitem 5.2.1 da Portaria TCU nº 175/2013 cabe informar que a SR/DPF/MS não possui terceirizados que ocupem cargos com atividades típicas do órgão.

Sobre o subitem 5.2.2 da Portaria TCU nº 175/2013, informa-se que cabe apenas ao Órgão Central manifestar-se acerca do tema, haja vista que esta UJ não possui qualquer ingerência sobre este assunto.

As informações requeridas pelos itens 5.1.1.1 e 5.1.2.2 da Portaria TCU nº 175/2013 estão resguardadas por sigilo, conforme dispõe o Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa nº 69-DG/DPF, de 14/12/2012. Contudo as informações estão à disposição dos órgãos de controle mediante solicitação formal para disponibilização das mesmas.

As informações sobre os atos de pessoal previstas no item 5.1.5 da Portaria TCU nº 175/2013, estão a cargo da Coordenação de Recursos Humanos/DPF, pois esta UJ não tem sob sua responsabilidade as atividades de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão.

Sobre o subitem 5.2.2 da Portaria TCU nº 175/2013, informa-se que cabe apenas ao Órgão Central manifestar-se acerca do tema, haja vista que esta UJ não possui qualquer ingerência sobre este assunto.

### 6.1 Estrutura de pessoal da unidade

#### 6.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

##### 6.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada

**QUADRO 6.1.1.1 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	

<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>1</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	1
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>1</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>2</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>4</b>

Fonte: SIAPE e Aditamento Semanal

#### 6.1.2 Qualificação da força de trabalho

##### 6.1.2.1 Estrutura de cargos e de funções

**QUADRO 6.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	04	04	03	02
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	04	04	03	02
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções Gratificadas</b>	26	25	12	11
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	26	25	12	11
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>30</b>	<b>29</b>	<b>15</b>	<b>13</b>

Fonte: SIAPE

##### 6.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

**QUADRO 6.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>				0,87%	6,93%	85,50%		0,22%	0,22%
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira				0,87%	6,93%	85,50%		0,22%	0,22%
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>					0,22%	6,06%			
2.1. Cargos de Natureza Especial									

2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						0,87%			
2.3. Funções Gratificadas					0,22%	5,19%			
<b>3. Totais (1+2)</b>				0,87%	7,14%	91,56%		0,22%	0,22%

### LEGENDA

#### Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE, excluídos os servidores estagiários por não haver o campo servidores sem vínculo com a Administração

### 6.1.3 Custos de pessoal da unidade jurisdicionada

#### QUADRO 6.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>										
Exercícios	2013	63.560.977,38								63.560.977,38
	2012	59.654.084,18								59.654.084,18
	2011	62.465.449,19								62.465.449,19
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>										
Exercícios	2013									
	2012									
	2011									
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>										
Exercícios	2013	1.194.548,32								1.194.548,32
	2012	1.272.973,78								1.272.973,78
	2011	1.262.814,41								1.262.814,41
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>										
Exercícios	2013	5.903.968,46								5.903.968,46
	2012	5.551.390,86								5.551.390,86
	2011	5.225.913,84								5.225.913,84

Fonte: DPAG/CRH/DG/DPF

### 6.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

#### 6.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

##### QUADRO 6.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>104</b>	<b>8</b>



1.1 Voluntária	88	6
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	16	2
1.4 Outras		
<b>2. Proporcional</b>	<b>10</b>	<b>1</b>
2.1 Voluntária	1	
2.2 Compulsória	1	
2.3 Invalidez Permanente	8	1
2.4 Outras		
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>114</b>	<b>9</b>

Fonte: SIAPE

#### 6.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

**QUADRO 6.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	32	0
1.1 Integral	30	
1.2 Proporcional	2	
<b>2. Em Atividade</b>	15	
<b>3. Total (1+2)</b>	47	0

Fonte: SIAPE

#### 6.1.5 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

A fim de detectar e evitar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos, é exigida na posse do cargo Declaração de não Acumulação de cargos Públicos.

Para evitar a ocorrência desta situação o SRH efetua regularmente cruzamentos de dados oriundos do SIAPE, sempre que comunicado.

A utilidade e eficiência dos controles implementados dependem da declaração do servidor e do cruzamento SIAPE, realizado pelo órgão Gestor, e quando o servidor empossado e oriundo da folha SIAPE, do impedimento que o SIAPE gera para lançamento do novo cargo enquanto o órgão anterior não efetivar os dados no sistema.

#### 6.1.6 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Não há servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da unidade jurisdicionada, conforme informações prestadas no item anterior.

#### 6.1.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

A UJ não possui indicadores gerenciais sobre recursos humanos. A criação desses índices é de competência do órgão central da Instituição.

##### - Absenteísmo

Durante o ano de 2013, ocorreram 6.723 dias de ausências por LTS, o que representa 14,33 dias de afastamento por servidor no ano.

**- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais**

a) 04 Processos Especiais de Acidente de Serviço aprovados.

**- Rotatividade (turnover)**

Ocorreu durante o ano o ingresso de 99 servidores, sendo 70 em virtude de nomeação (ingresso), 01 por aposentadoria declarada ilegal e 28 por motivo de remoção; e 74 desligamentos (egresso), em virtude de remoções (65), aposentadorias (8), falecimentos (2), exoneração (1), demissão (3), e vacâncias (3).

**- Educação Continuada**

Informação sob a responsabilidade do área central do Órgão encarregada de T & D.

**- Satisfação e Motivação**

Manutenção da Atividade Física obrigatória, IN 36 DG/DPF, de 13/08/2010, e o Deferimento de 58 Processos de Licença Capacitação.

**- Aposentadoria versus reposição do quadro.**

Houve Concurso Público, para a reposição de vagas, ressalto que sempre que há previsão, este SRH informa o Sr. Superintendente Regional da quantidade de servidores que podem aposentar-se no exercício, cabendo ao Órgão Central, disponibilizar as vagas para as demais Unidades, tendo ocorrido o preenchimento de vagas preferencialmente nas áreas fronteiriças, tendo a regional sido contemplada com a nomeação de 70 servidores.

6.2 Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários

6.2.1 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade jurisdicionada

**QUADRO 6.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA**

Unidade Contratante													
Nome: SR/DPF/MS													
UG/Gestão: 200354/00001						CNPJ: 00.394.494/0084-63							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	04/2011	10.692.767/0001-82	01/01/11	31/12/14	26	26					P
2010	V	O	04/2010	08.812.112/0001-30	01/01/10	31/12/14			24	24			P
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Dados fornecidos pelo Gestor de contratos – Marcelo Ricardo Haupenthal.

6.2.2 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

**QUADRO 6.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Unidade Contratante														
Nome: SR/DPF/MS														
UG/Gestão: 200354/00001							CNPJ: 00.394.494/0084-63							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	4	O	02/2012	07.562.469/0001-63	01/01/12	31/12/14	01	01						P
2012	12	O	02/2012	07.562.469/0001-63	01/01/12	31/12/14	02	02						P
2012	5	O	03/2012	05.620.408/0001-80	01/01/12	31/12/14			16	16				P
2013	9	O	05/2013	10.692.767/0001-82	12/04/13	31/12/14	05	05						P
<b>Observações:</b>														
<b>LEGENDA</b>				<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.										
<b>Área:</b>														
1. Segurança;														
2. Transportes;														
3. Informática;														
4. Copeiragem;														
5. Recepção;														
6. Reprografia;														
7. Telecomunicações;														
8. Manutenção de bens móveis														
9. Manutenção de bens imóveis														
10. Brigadistas														
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes														
12. Outras														

**Fonte:** Dados fornecidos pelo Gestor de contratos – Marcelo Ricardo Haupenthal.

6.2.3 Análise crítica dos itens 6.2.1 e 6.2.2

Conforme informado esta UJ não possui terceirizados que ocupem cargos com atividades típicas do órgão, estando os contratos relacionados à terceirização de mão-de-obra adequados às atuais necessidades da SR/DPF/MS.

6.2.4 Composição do quadro de estagiários

**QUADRO 6.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>				7	2.299,33
1.1 Área Fim				7	2.299,33
1.2 Área Meio					
<b>2. Nível Médio</b>					
2.1 Área Fim					

2.2 Área Meio					
<b>3. Total (1+2)</b>				7	2.299,33

Fonte: SIAPE – Despesa relacionada apenas ao pagamento da bolsa e do auxílio transporte

## 7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 7.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

A utilização da frota de veículos próprios ou apreendidos com autorização judicial de uso para esta SR/DPF/MS e delegacias descentralizadas observa as disposições da Lei nº 9.503, de 23/09/1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, o Decreto nº 6.403, de 17/03/2008, a Instrução Normativa nº 3-SLTI/MPOG, de 15/05/2008, Resolução CONTRAN nº 231, de 15/03/2007. Internamente, o assunto está disciplinado pelas Instruções Normativas nº 05/2006-DG/DPF e nº 03/2009-DG/DPF.

Esta UJ dispõe de Processos de Trabalho disponíveis em sua página da Intranet que estabelecem os procedimentos a serem observados com vistas à utilização de veículos apreendidos, conforme previsão da Instrução Normativa nº 05/2006-DG/DPF, da Instrução Normativa nº 03/2009-DG/DPF, combinados com os preceitos instituídos no Código de Trânsito Brasileiro-CTB.

As informações requeridas pelas alíneas “c” e “g” do item 6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros da Portaria TCU nº 175/2013, relativamente à frota de veículos automotores de propriedade desta UJ, estão resguardadas por sigilo, conforme dispõe o Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa nº 69-DG/DPF, de 14/12/2012. Contudo as informações estão à disposição dos órgãos de controle mediante solicitação formal para disponibilização das mesmas.

Os dados gerais da frota de veículos em uso nesta UJ estão apresentados na tabela 6 a seguir.

**TABELA 6 – DADOS GERAIS DA FROTA DE VEÍCULOS DA SR/DPF/MS EM 2012**

VEÍCULO EM USO	MÉDIA KM 2013	IDADE MÉDIA	MANUTENÇÃO	COMBUSTÍVEL	DOCUMENTAÇÃO
Oficial	1.432.000	6,48	R\$ 450.754,34	R\$ 524.543,78	R\$ 25.643,09
Autorização judicial de uso	1.124.000	6,73	R\$ 189.032,21	R\$ 300.233,93	R\$ 12.787,47
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.278.000</b>	<b>6,61 (ANOS)</b>	<b>R\$ 639.786,55</b>	<b>R\$ 824.777,71</b>	<b>R\$ 38.430,56</b>

Não há Frota de Veículos Automotores contratada de terceiros e a Serviço da UJ.

A frota de veículos precisa ser renovada e corretamente dimensionada para que os custos envolvidos em sua manutenção não sobrecarreguem o orçamento disponibilizado para este fim.

### 7.2 Gestão do patrimônio imobiliário

Relativamente aos itens 6.2.3 e 6.3 da Portaria TCU nº 175/2013, informa-se que não há imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ, bem como não há bens imóveis locados de terceiros.

#### 7.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

**QUADRO 7.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF MS	13	13

	Campo Grande	2	2
	Corumbá	2	2
	Dourados	3	3
	Ladário	1	1
	Naviraí	1	1
	Ponta Porã	2	2
	Três Lagoas	2	2
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>13</b>	<b>13</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>13</b>	<b>13</b>

Fonte: SPIUnet

### 7.2.1.1 Análise crítica

Verifica-se que o espaço físico atualmente disponível ainda é insuficiente para a alocação de pessoal e equipamentos, tanto para a Sede em Campo Grande, como para as delegacias de NVI, CRA e PPA. Diante disso, está em execução pela Sede do DPF em Brasília o projeto de construção das novas delegacias de CRA e PPA, além disso, foram solicitados recursos para ampliação da Sede da Superintendência Regional em Campo Grande e da Delegacia de NVI.

### 7.2.2 Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

**QUADRO 7.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200354	9051.00014.500-2	13	REGULAR	ND	10/08/2011	6.211.517,15	735.755,60	132.824,91
200354	9051.00029.500-4	13	BOM	808.151,39	21/10/2011	1.753.646,77		
200354	9063.00005.500-7	13	BOM	ND	14/07/2011	562.733,60		26.800,00
200354	9063.00207.500-5	13	BOM	275.000,00	14/07/2011	522.348,75		
200354	9073.00096.500-0	13	REGULAR	303.049,76	30/10/2013	3.853.162,87		26.030,64
200354	9073.00114.500-7	13	REGULAR	229.934,67	29/07/2011	2.415.117,93		
200354	9073.00144.500-0	13	REGULAR	64.000,00	29/07/2011	442.920,00		
200354	9103.00051.500-0	13	REGULAR	31.099,70	02/03/2011	2.073.459,99		
200354	9113.00022.500-0	13	BOM	9.178,56	29/07/2011	562.443,78		30.557,81
200354	9131.00018.500-6	13	REGULAR	141.866,30	29/07/2011	747.347,41		29.351,18
200354	9131.00286.500-4	13	REGULAR	862.337,10	29/07/2011	3.065.962,64		
200354	9165.00112.500-1	13	BOM	26.400,00	29/07/2011	984.748,44		35.805,79
200354	9165.00114.500-2	13	BOM	20.397,00	29/07/2011	458.720,86		
<b>Total</b>							<b>735.755,60</b>	<b>281.370,33</b>

Fonte: SPIUnet

### 7.2.2.1 Análise crítica

Os imóveis sob responsabilidade da UJ encontram-se sob constante avaliação de suas condições, adaptando-os e atualizando-os às necessidades atuais, estando sob efetiva manutenção, apesar da idade média alta, o que dispensa maiores recursos para manter em boas condições de uso e evitar uma maior depreciação.

## 8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 8.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

**QUADRO 8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul> Foi adotado como critério para habilitação em contratações de materiais e serviços de obras/reformas a exigência de Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme legislação vigente.				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).		X			
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul> Adotou-se a exigência de Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme legislação vigente, para habilitação do licitante.				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul> As torneiras já instaladas são automáticas e sua substituição quando da manutenção predial, tende a reduzir o consumo apenas por tratar-se de produto novo, o que ocorre também com as lâmpadas utilizadas nas instalações do DPF no Estado.				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul>	X				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>	X				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).		X			
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.</li> </ul>	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e				X	

qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
Considerações Gerais: Em relação ao item 12, a ação não foi efetivada por falta de interesse de entidades que se enquadrem no decreto 5940/2006, particularmente devido a pouca quantidade de resíduos recicláveis produzidos na unidade.					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 8.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados

Em que pese o conteúdo específico do item 8.2 da Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, sobre a política de separação de resíduos recicláveis descartados, bem como a obrigatoriedade de apresentação, conforme Quadro A1 da mesma DN, o atendimento ao referido item consta no item 12 do questionário apresentado no item anterior. Ressalta-se ainda que a Portaria TCU nº 175/2013 não dispõe de orientações quanto ao referido item.

## 8.3 Consumo de papel, energia elétrica e água

**QUADRO 8.3 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA**

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	2.576	2.627	3.141	24.050,96	23.770,86	29.894,30
Água	9.196	9.344	10.874	116.787,00	102.961,16	128.385,93
Energia Elétrica	1.455.916	1.288.685	1.518.533	615.621,22	781.661,88	708.634,34
			<b>Total</b>			

**Fonte:** e-LOG – Sistema Eletrônico de Logística e Gestor de contratos – Marcelo Ricardo Haupenthal.

## 9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

Registra-se que não houve deliberações exaradas em acórdão do TCU

Em atendimento ao item 9.1.3 do Acórdão 1.449/12 – TCU Plenário, que determina a inclusão de item específico nos Relatórios de Gestão de 2012 a 2016 versando sobre as providências adotadas pelo DPF para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório (consoante às disposições do Decreto 2271/97 e as determinações descritas nos subitens 9.1.1 do citado Acórdão, abaixo transcrito), informa-se que a Direção-Geral do DPF expediu ao Tribunal de Contas da União o Ofício 885/2012-GAB/DG/DPF, de 20 de dezembro de 2012, que encaminhou o Plano de Ação, no qual constam informações quanto às ações, aos prazos e aos responsáveis pelas medidas necessárias ao cumprimento do disposto na decisão do egrégio Tribunal.

“9.1.1 elabore e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência, plano de ação para regularizar a terceirização de serviços relacionados diretamente ao controle migratório, de modo a substituir, gradualmente e sem prejuízo à continuidade do serviço, os terceirizados que executam tarefas típicas de controle migratório por servidores do seu quadro permanente, porquanto se trata de atividade tipicamente finalística desse órgão, cuja terceirização é vedada nos termos do art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2271/97; (...)”

Em atendimento ao constante do item 9.1.2 do referido acórdão, reafirma-se que durante o exercício de 2013 também foi verificado nível mínimo de supervisão dos terceirizados nos serviços de controle migratório, por esta Unidade Jurisdicionada, conforme a proporção indicada pela Coordenação-Geral de Polícia de Imigração - CGPI.

## 9.2 Tratamento de recomendações do OCI

### 9.2.1 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

#### QUADRO 9.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul			1144
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201306173	18	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul			1144
Descrição da Recomendação			
Efetuar o levantamento dos fatores que possibilitaram a ocorrência de valores de adicional de férias pendentes de devolução e implementar rotinas de lançamento da folha pagamento no SIAPE que evitem falhas dessa natureza.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SRH/SR/DPF/MS			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Conforme informado no Memorando nº 6033/2013-SRH/SR/DPF/MS, o Setor de Recursos Humanos informou a posição atual da situação de reposição dos descontos dos valores de adicional de férias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A falha identificada refere-se ao SIAPE, sistema de pagamento de todo utilizado por todos os órgãos do Executivo Federal, assim a implementação de ajustes deve ser solicitado ao MPOG.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201306173	18	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG



Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul		1144
<b>Descrição da Recomendação</b>		
Proceder ao acompanhamento dos valores de adicional de férias pendentes de devolução, para que sejam integralmente ressarcidos pelos servidores identificados nessa ocorrência.		
<b>Providências Adotadas</b>		
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
SRH/SR/DPF/MS		
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>		
Conforme informado no Memorando nº 6033/2013-SRH/SR/DPF/MS, o Setor de Recursos Humanos informou a posição atual da situação de reposição dos descontos dos valores de adicional de férias.		
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>		
O Setor de Recursos Humanos promove acompanhamento da devolução dos valores devidos pelos servidores identificados nessa ocorrência, conforme relatado no Memorando nº 6033/2013.		

#### 9.4 Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93

##### 9.4.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

#### QUADRO 9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	30	30	30
	Entregaram a DBR	30	30	30
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SIAPE e SRH/SR/DPF/MS

##### 9.4.2 Situação do cumprimento das obrigações

Todos os ocupantes de cargos e funções de confiança cumpriram a obrigação de entrega da DBR.

O Setor de Recursos Humanos é o setor incumbido de gerenciar a recepção das DBR, sendo arquivadas conforme estipula o art. 13 da Lei 8.429/92, regulado pelo Decreto nº 5.483/2005.

A recepção das DBR se dá pelo recebimento de Formulário específico impresso ou através de e-mail.

Em decorrência do estipulado no art. 7º do Decreto nº 5.483/2005, bem como no art. 4º da Lei nº 8.730/1993, a análise quanto à evolução patrimonial é de responsabilidade da CGU e do TCU, portanto, esta UJ não a realiza.

Quanto à forma de guarda das DBR, diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações, ficam gravadas na Rede (Acesso Exclusivo ao SRH), já as Declarações em Formulário ficam arquivadas no SRH, digitalizadas e gravadas em arquivos.

#### 9.5 Alimentação Siasg e Siconv

A Declaração de inserção e atualização de dados no Siasg e Siconv, nos termos do subitem 9.6 da Portaria TCU nº 175/2010 encontra-se no subitem 20.2 do Anexo deste Relatório (Quadro 10.6).

### 10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A UJ dispõe de setor de Protocolo onde são recebidas as demandas formais dos cidadãos, sendo que as demandas específicas dos setores de armas, produtos químicos, atendimento ao estrangeiro e emissão de passaportes contam com estrutura própria para atendimento do cidadão.

Além disso, o Órgão dispõe da Carta de serviços ao cidadão, que foi lançada por ocasião da comemoração dos 66 anos da Polícia Federal, no dia 26/03/2012. A carta foi dividida em cinco temas para tratar dos serviços prestados relativos à segurança privada, armas, imigração, produtos químicos e antecedentes criminais. Os arquivos, apresentados na forma de cartilhas, foram disponibilizados na Internet do DPF e foram encaminhadas vias impressas aos diversos pontos de atendimento no País para entrega aos cidadãos usuários dos serviços. O detalhamento dos serviços e os dados das respectivas cartilhas disponibilizadas podem ser acessados a partir dos seguintes links disponíveis na página do DPF “<http://www.dpf.gov.br/servicos>”:

Antecedentes Criminais

Armas

Estrangeiro

Passaporte

Produtos Químicos

Segurança Privada

### 11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público

A UJ está aplicando regularmente a NBC T 16.9, de acordo com as orientações da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI em relação à depreciação, por meio do Sistema de GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (E-LOG) e registrando no SIAFI. Quanto à amortização, o DPF está adotando as medidas necessárias para ajustar o sistema E-LOG, a fim de permitir o controle e o cálculo da amortização dos bens intangíveis. Em relação à exaustão, não há bens sujeitos a esse tipo de redução de valor.

A UJ não efetuou a avaliação de todos os bens previstos na macrofunção 02.03.30, pois não foi possível o atendimento da solicitação formulada para a SPU, que informou da impossibilidade momentânea por falta de pessoal para realização dos cálculos de atualização.

A UJ ainda tentou celebrar parceria com a CEF, porém o custo das tarifas cobrado pela instituição financeira, R\$ 83.461,74, não estava previsto em nossa dotação orçamentária.

Considerando as tratativas já realizadas o atendimento, com a reavaliação dos imóveis sob responsabilidade desta UJ, estará concluído ainda no primeiro semestre de 2014.

A vida útil econômica do ativo foi obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos no âmbito dos órgãos da Administração Pública direta, já que o DPF não possui estudos detalhados que permita estimar a vida útil de seus bens, considerando as peculiares de uso no âmbito do Órgão, principalmente em relação ao uso intensivo nas operações policiais. Contudo, a fragilidade da estimativa, seja qual for o método utilizado, é suprida pela avaliação periódica dos ativos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, em conformidade com o item 47 da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

As taxas de depreciação utilizadas foram obtidas a partir da vida útil econômica do ativo, obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27.

A metodologia de avaliação e mensuração dos ativos e passivos consiste em:

- a) As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- b) O crédito e as dívidas são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- c) Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado;
- d) A UJ não possui Ativo de Investimentos;
- e) O imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. O teste de recuperabilidade e a depreciação foram realizados em conformidade com a macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI;
- f) O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção e, tão logo ocorra adaptação do E-LOG, será deduzido da correspondente amortização; e  
A UJ não possui Ativo Diferido.

A utilização dos critérios contidas nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 possibilitou evidenciar adequadamente os ativos e passivos da UJ, para fins de apoio ao processo de tomada de decisão; à adequada prestação de contas; e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Nesse sentido, a aplicação das normas resultou na promoção de um controle mais efetivo na gestão do seu imobilizado, situação que tem evoluído gradativamente.

Outro aspecto é a preocupação que os setores de controle patrimonial passaram a ter quanto à adequação de seus registros de inventário de acordo com procedimentos contábeis, corroborando com os esforços da STN na uniformidade e convergência da contabilidade aplicada ao setor público.

Por fim, as normas reforçaram a necessidade de o DPF proceder com seus registros de forma tempestiva, dentro dos mandamentos emanados do Tesouro Nacional, colaborando para que o balanço da União reflita seus ativos não circulantes o mais fielmente possível.

## 12.2 Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

A Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis, nos termos do subitem 11.2 da Portaria TCU nº 175/2010 encontra-se no subitem 20.3 do Anexo deste Relatório (Quadro 12.2).

## 12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

### 12.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ

#### 12.1.1 Operações policiais em destaque

No âmbito desta UJ foram realizadas diversas operações policiais no exercício de 2013. Dentre elas cabe destacar algumas operações desenvolvidas e divulgadas pela Comunicação Social da SR/MS:

- **Operação Sangue Frio:** investigação relativa a fraudes em licitações, desvio de recursos públicos e corrupção que envolveu o Hospital Universitário da UFMS, o Hospital do Câncer Alfredo Abrão e o Hospital Regional Rosa Pedrossian, que contou com a parceria da CGU. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão. Resultou na instauração de CPI na Câmara de Vereadores e na Assembleia Legislativa, além da destituição dos Diretores Gerais de tais Hospitais;
- **Operação Teto de Vidro:** investigação relativa a fraudes em licitações, desvio de recursos públicos e corrupção envolvendo as Prefeituras Municipais de Corguinho-MS, Rochedo-MS e Miranda-MS, que contou com a parceria da CGU. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão.
- **Operação Volts:** investigação relativa a fraudes em licitações envolvendo um grupo de empresas de Campo Grande. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão.

#### 12.1.2 Estatísticas da Perícia Criminal e Papiloscopia

##### 12.1.2.1 Setor Técnico Científico e Unidade Técnico Científica

A área central (DITEC) estabeleceu como meta das unidades descentralizadas a realização e entrega dos documentos técnico-científicos (Laudos, Informações, Pareceres e Relatórios) em número correspondente ao das demandas incluídas em cada trimestre acrescidas de 5%, redução do estoque de pendências existentes nas unidades de criminalística.

Apresenta-se nas Tabelas 7 e 8 a seguir, resumo dos trabalhos realizados no exercício de 2013.

**TABELA 7 – PRODUÇÃO DA ÁREA TÉCNICO-CIENTÍFICA EM 2012**

PRODUÇÃO					
SETEC/SR/DPF/MS	ANO		UTEC/DPF/DRS/MS	ANO	
	2012	2013		2012	2013
Laudos Periciais	2054	2016	Laudos Periciais	781	865
Informações Técnicas	83	91	Informações Técnicas	16	25
Pareceres Técnicos	1	3	Pareceres Técnicos	0	1
Relatórios Técnicos	0	1	Relatórios Técnicos	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>2138</b>	<b>2111</b>	<b>TOTAL</b>	<b>797</b>	<b>891</b>

**TABELA 8 – PENDÊNCIAS, POR IDADE, DE SOLICITAÇÕES APRESENTADAS A ÁREA TÉCNICO-CIENTÍFICA EM 2012**

PENDÊNCIAS					
SETEC/SR/DPF/MS			UTEK/DPF/DRS/MS		
IDADE	QUANTIDADE		IDADE	QUANTIDADE	
	31/12/2012	31/12/2013		31/12/2012	31/12/2013
≤ 3m	103	228	≤ 3m	80	101
≤ 6m	41	34	≤ 6m	18	19
≤ 1a	18	10	≤ 1a	1	5
≤ 2a	0		≤ 2a	0	0
>2a	0		>2a	0	0
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>272</b>	<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>125</b>

### 12.1.2.2 Grupo de Identificação

As estatísticas referentes ao ano de 2013 contendo as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Identificação desta UJ (SR/DPF/MS) estão relacionadas a seguir:

1. **102** (cento e duas) Perícias Papiloscópicas, sendo 67 perícias em material, 19 perícias em documentos, 11 perícias em locais e veículos, 1 exame de comparação de imagens (protopográfico), 1 exame de reconhecimento facial humano (retrato falado);

1.1 **99** (noventa e nove) Laudos Papiloscópicos;

1.2 **3** (três) Informações Técnicas;

2. **1.054** (um mil e cinquenta e quatro) Identificações – coletas de impressões digitais e fotos – realizadas em indiciados, estrangeiros, servidores e vigilantes;

3. **44** (quarenta e quatro) cumprimentos de ordens de missão policial;

4. **02** (dois) Cursos de SINIC – Sistema Nacional de Informações Criminais, ministrados na Escola Judicial do TJMS aos servidores do Judiciário Estadual;

5. **14.263** (quatorze mil, duzentas e sessenta e três) inclusões no SINIC, sendo 6.274 Boletins de Identificação Criminal, 1.629 Boletins de Distribuição Judicial e 6.360 Boletins de Decisão Judicial;

6. **6.054** (seis mil e cinquenta e quatro) emissões de folhas do SINIC, sendo 4.495 Folhas de Antecedentes Criminais, 780 Boletins de Distribuição Judicial e 779 Boletins de Decisão Judicial;

7. **61.451** (sessenta e um mil, quatrocentas e cinquenta e uma) consultas realizadas no SINIC.

Entre as demais atividades desenvolvidas pelo Grupo de Identificação, cita-se o gerenciamento da estação AFIS (Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais), na qual é realizado, pelos Papiloscopistas Policiais Federais, o controle de qualidade de todas as coletas de impressões digitais realizadas pelo GID e de todas as coletas oriundas do sistema de passaporte. Frisa-se, ainda, que os Papiloscopistas também são responsáveis pelos confrontos papiloscópicos de tais coletas com o banco de digitais já existente no Sistema AFIS.

Outras atividades nas quais há a participação de servidor do GID são aquelas realizadas pela Terceira Comissão Permanente de Disciplina, que conta com o Papiloscopista Policial Federal Leandro Passafaro Mascarenhas desde setembro de 2013.

## 12.2 Atividades de Polícia Administrativa

### 12.2.1 Imigração e Passaporte

Tabela 9 – Resumo das atividades de Polícia de imigração em 20131-	
<b>INQUÉRITOS DE EXPULSÃO</b>	
Total instaurado	<b>06</b>
Relatados	<b>11</b>
Andamento	<b>04</b>
Expulsões efetivadas	<b>0</b>
<b>2-ORDENS DE MISSÃO</b>	
Expedidas	<b>77</b>
Relatadas	<b>74</b>
<b>3-MULTAS</b>	
Aplicadas	<b>319</b>
Reconsideradas	<b>11</b>
Pagas de Auto de Infração	<b>77</b>
Pagas Empresas Brasileiras	<b>0</b>
Pagas Empresa de Transporte Internacional	<b>0</b>
Pagas Entidade de Adoção Internacional	<b>0</b>
<b>ARRECADANÇA (R\$)</b>	<b>16.272,86</b>
<b>4-PESSOAS</b>	
Autuadas	<b>319</b>
Notificadas	<b>104</b>
Presas em flagrante	<b>33</b>
Presa temporária	<b>0</b>
Presa preventiva	<b>0</b>
Presas com mandado de prisão	<b>1</b>
Deportadas	<b>8</b>
Extraditada	<b>0</b>
Expulsas	<b>0</b>
Indiciadas	<b>0</b>
<b>5-CONTROLE MIGRATÓRIO</b>	
Entrada de estrangeiro	<b>195</b>
Saída de estrangeiro	<b>180</b>
Entrada de brasileiros	<b>270</b>
Saída de brasileiros	<b>349</b>
Entrada de aeronave	<b>56</b>
Saída de aeronave	<b>84</b>
Aeronaves vistoriadas	<b>01</b>
Entrada de embarcações	<b>0</b>
Saída de embarcações	<b>0</b>
Entradas negadas	<b>0</b>
Formulários incluídos	<b>0</b>

Impedimento de Desembarque	0
Impedimento de Embarque	03
Cadastro Empresa de Transporte Internacional	0
Cadastro Entidade adoção Internacional	0
Translado de cadáver	0
Documento retido	0
Tarjetas inclusas	171
Tarjetas emitidas	183
Passageiro armado	2117
Estrangeiro Repatriado	0
<b>6-PASSAPORTES</b>	
Comum expedido	10.843
Taxa em dobro	0
Urgente	55
Emergência	50
Para estrangeiro	0
Laissez-Passer expedido	08
Extraviado	0
Inutilizado	0
Cancelado por fraude	0
Cancelado por decurso de prazo	35
Cancelado por erro de ofício	02
Recuperado	0
Para criança adotada	07
Quantitativo anual	10.963
<b>ARRECADAÇÃO (R\$)</b>	<b>1.695.101,87</b>
<b>7-SERVIÇO DE ESTRANGEIRO</b>	
Pedido de permanência-inexpulsável	112
Pedido de permanência-reunião familiar	28
Pedido naturalização comum	08
Pedido naturalização extraordinária	07
Naturalização provisória	01
Registro de estrangeiro	323
Restabelecimento de registro	01
1ª via carteira estrangeiro emitida	186
2ª via carteira estrangeiro emitida	13
Carteira de Identidade acordo Brasil x Argentina	0
Carteira de identidade acordo MERCOSUL	191
Recadastramento	01
Recadastro extemporâneo (R\$ 124,23)	0
Recadastro extemporâneo (R\$ 183,01)	01



Reconsideração de despacho	02
Republicação de despacho	05
Fronteiriço	23
Prorrogação estada turista	240
Prorrogação estada provisório	0
Prorrogação estada temporário	19
Atualização de endereço	119
Sindicância de permanência	79
Sindicância naturalização	16
Certidão CTPS e CPF	740
Termo de declarações	20
Cancelamento Registro por perda permanência	0
Cancelamento Registro por naturalização	0
Cancelamento de registro por óbito	17
Substituição de carteira	84
Substituição de carteira-idosos	21
Extravio identidade estrangeiro	0
Transformação de visto	74
Alteração de assentamento	03
Certidão de estada legal	740
Pedido certidão negativa naturalização	0
Pedido de igualdade de direitos	0
Pedido de refúgio/ACNUR	07
Pedido de restituição de taxa	0
Impedimento de registro	0
Carteira de identidade anistia	30
<b>ARRECAÇÃO (R\$)</b>	<b>131.784,94</b>
<b>TOTAL GERAL ARRECADADO(R\$)</b>	<b>1.843.159,67</b>

### 12.2.2 Controle de Armas e Produtos Químicos

As ações no âmbito da DELEAQ/SR/DPF/MS, no ano de 2013, foram:

Em 2013 foi detectado um pequeno aumento de atendimentos e requerimentos, na medida em que houve um aumento do número de notificações expedidas e pelo fato de que o segundo semestre de 2012 e o primeiro de 2013 coincidiram com o fim de prazo dos registros (válidos e renováveis a cada 03 anos) de armas de fogo executados quando do fim do prazo de anistia previsto pela Lei nº 10.826/03 (até dezembro de 2009).

Quanto à estatística de entrega de armas de fogo na Campanha do Desarmamento, percebeu-se uma redução, já esperada devido ao tempo de campanha e a atividade de fiscalização, diante dos requerimentos de renovação.

Ressalta-se que entre os meses de Jun/13 a Set/13, por esta Chefia realizar atividades relativas a inquéritos policiais, e por entrar em licença médica, nesse período os procedimentos referentes a registro de armas foram prejudicados, levando a um atraso no processamento dos

mesmos. Dessa forma, não foi possível cumprir com a meta de qualidade, ou seja, pedidos de aquisição, renovação, transferência e porte de arma de fogo serem concluídos dentro de 30 dias, contados das respectivas datas de protocolo (apesar de a Lei nº 10.826/03 estabelecer tão-somente o prazo de 30 dias úteis para os pedidos de aquisição), observada ainda a priorização de decisão em relação aos pedidos de porte de arma de fogo (diante da premissa que, em tese, o cidadão que pede tal autorização, pode estar sob o fundamento de ameaça iminente).

Em relação aos procedimentos afetos ao controle de químicos, estes mantiveram a normalidade de tramitação, com a execução de atendimento e orientação ao público específico, protocolo e inclusão em sistema dos dados objetos de requerimento e de certificação, além da intermediação (execução de notificações e protocolo de documentos) da tramitação dos processos decididos pela DCPQ/DPF.

Segue abaixo quadro das principais atividades da DELEAQ/SR/DPF/MS, referentes ao SINARM, sem prejuízo das ações relativas ao atendimento e orientação ao cidadão que adiante formaliza requerimentos de aquisição/renovação de registro/transferência ou autorização de porte de arma de fogo.

**TABELA 10 – RESUMO DAS ATIVIDADES RELATIVAS AO SINARM EM 2013**

<b>Tipo de requerimento</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Porte indeferidos	0	1	41
Porte deferidos	3	18	25
Transferências <sup>1</sup>	254	158	165
Registros armas novas <sup>1</sup>	13	263	397
Renovações de registro <sup>1</sup>	543	751	1.150
Armas entregues na campanha do desarmamento <sup>2</sup>	515	397	373

1. Os números relativos a Transferências, Registros de armas novas e Renovações de registro são oriundos do Arquivo Digital (documentos digitalizados), medida implementada por esta Deleaq em 2013, visando agilizar pesquisas e consultas a procedimentos de registro de armas efetivados.

2. Os dados referentes à campanha do desarmamento foram retirados do sistema “Desarma”.

### 12.2.3 Controle de Segurança Privada

Todas as agências bancárias do interior e da capital foram vistoriadas, porém, não houve condições de se efetuar combate ao serviço clandestino de segurança privada e nem fiscalizar a realização de eventos.

Abaixo estão arroladas as justificativas sobre a execução do plano de metas da Delegacia (ano 2013).

**TABELA 11 – SITUAÇÃO DAS METAS PROJETADAS PARA AS ATIVIDADES RELACIONADAS AO CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA EM 2013**

ITEM	META	ANDAMENTO	JUSTIFICATIVA
1	Igualar/superar o número de IPL's e termos circunstanciados instaurados no ano de 2012 e subsequente, de matéria exclusivamente de segurança privada.	Não atingida	Não foi instaurado nenhum inquérito policial envolvendo delito relacionado exclusivamente com a área de segurança privada.
2	Planejar operações de combate às empresas clandestinas de segurança privada. Fiscalizar as instalações das empresas que executam segurança privada e dos cursos de formação de vigilantes.	Atingida parcialmente.	Não foram realizadas diligências de combate às empresas clandestinas de segurança privada, todavia, foram fiscalizadas empresas de segurança privada e escolas de curso de formação de vigilantes.
3	Atuar junto ao público alvo da DELESP/SR/DPF/MS, por meio de reuniões e difusão de documento circular, sobretudo para orientar sobre o funcionamento do GESP – Gestão Eletrônica da Segurança Privada (versão III).	Atingida parcialmente	A DELESP tem orientado as empresas especializadas sobre as novas atualizações do GESP e demais alterações legislativas, sobretudo via telefone.
4	Capacitação de servidores para atuar junto às empresas de segurança privada, instituições financeiras e serviço de segurança orgânica.	Atingida parcialmente	Servidores da Delegacia participaram de reuniões em cada uma das Descentralizadas realizando palestras e instruindo os novos componentes das CV's, principalmente em relação às novas alterações ocorridas nos procedimentos administrativos via GESP, sob coordenação da CGCSP.
5	Treinamento dos policiais da DELESP/SR/DPF/MS em técnica de tiro.	Não Atingida	Nenhum servidor da DELESP participou de treinamento de tiro no âmbito da SR/DPF/MS.
6	Aumentar o efetivo de policiais e servidores administrativos.	Não atingida	No exercício de 2013 a DELESP teve apenas 03 APF's e 01 ADM – ATE (que auxilia os servidores policiais na formalização dos serviços de fiscalização). Este teve durante o ano algumas dispensas médicas motivadas por problemas psicológicos.

Adicionalmente, apresentam-se no quadro abaixo as principais atividades desenvolvidas pela DELESP no exercício de 2013:

**TABELA 12 – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM RELAÇÃO AO CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA EM 2013**

SR/DPF/MS	CAMPO GRANDE/MS
<b>1. VISTORIAS REALIZADAS</b>	
Agências Bancárias	159
Empresas	23
Veículos Especiais	52
Em Eventos	00
<b>2. NOTIFICAÇÕES</b>	
Bancos	00
Empresas	04
Auto de Infração Empresas	09
Encerramento Clandestinas	01

SR/DPF/MS	CAMPO GRANDE/MS
Encerramento Registradas	00
Em Andamento	00
Processos Instaurados	277
Pareceres Conclusivos	12
CNV Requeridas	45
Autor. Transp. arma/Munição	200 (antes do Sistema GESP)
Certificado de formação	200
Armas Arrecadadas	0
Ocorrências com Armas	00
<b>3. ARRECADAÇÃO Bancos</b>	R\$ 195.794,40
<b>4. ARRECADAÇÃO Empresas</b>	R\$ 53.648,76
<b>TOTAL</b>	R\$ 249.443,16

### 12.3 Atividades de Polícia Judiciária

Quanto às atividades desenvolvidas pela Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DRCOR, bem como as respectivas delegacias especializadas vinculadas, apresenta-se nas tabelas a seguir os resultados das ações realizadas em 2012.

**TABELA 13 – RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE REPRESSÃO A DROGAS EM 2013**

	D R E						TOTAL
	SR	CRA	DRS	NVI	PPA	TLS	
Cocaína (gramas)	1.155.400,00	1.477.300,00	1.229.970,00	81.230,00	1.688.960,00	752.300,00	6.385.160,00
Maconha (gramas)	14.530.300,00	4.170,00	23.980.280,00	9.999.370,00	34.743.360,00	5.770.460,00	89.027.940,00
Haxixe (gramas)	7.550,00	0	13.320	4100	2700	0	27.670,00
Crack (gramas)							0,00
LSD (pontos)	0	0	0	0	0	0	0,00
Ecstasy (compr.)	0	0	0	0	0	0	0,00
Lança Perfume (frascos)	385	0	581	0	0	0	966,00
Presos	72	68	45	35	208	39	467,00
Indiciados	72	68	45	35	208	39	467,00
IPL Flagrante	51	56	35	22	158	27	349,00
IPL Portaria	44	27	4	6	61	7	149,00
IPL Relatado	60	62	34	24	189	29	398,00
IPL Andamento	35	21	5	4	30	5	100,00
Veículos	35	22	40	26	136	39	298,00
Armas	5	9	5	6	3	2	30,00
Munição	517	2139	131	76	567	39	3.469,00
Moeda Falsa (valor)	0	0	R\$50,00	0	R\$300,00	0	350,00
Moeda Estrangeira							0,00

**TABELA 14 – RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO E AO TRÁFICO DE ARMAS EM 2012**

DELEPAT	
	SR
Presos	02
Indiciados	02
IPL Flagrante	01
IPL Portaria	31
IPL Relatados	09
IPL Andamento	19
Veículos	01
Armas	00
Munições	00
Moeda Falsa (valor total)	00
Moeda Estrangeira	00

**TABELA 15 – RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE REPRESSÃO A CRIMES FINANCEIROS E DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS EM 2013**

<b>DELEFIN</b>	
	<b>SR</b>
Presos	0
Indiciados	43
IPL Flagrante	0
IPL Portaria	41
IPL Relatados	24
IPL Andamento	97
Veículos	0
Armas	0
Munições	0
Bens Sequestrados	0
Valores Sequestrados	R\$ 307.605,00
Moeda Falsa (valor total)	R\$ 0,00
Moeda Estrangeira	Dólar US\$ 18.206,00
Moeda Estrangeira Euro	7.500,00

**TABELA 16 – RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE REPRESSÃO A CRIMES FAZENDÁRIOS EM 2013**

<b>DELEFAZ</b>	
<b>INQUÉRITOS</b>	<b>SR</b>
Por Flagrante	57
Por Portaria	252
Total Instaurados	309
Relatados	214
Em Andamento	498
<b>2. PESSOAS</b>	
Presas	81
Indiciadas	133
<b>3. BENS</b>	
Aeronaves(und)	01
Agrotóxicos(Kg)	00
Agrotóxicos(L)	00
Valores (dólar)	00
Cédula Falsa (und)	141
celulares(und)	2
Cigarros (carteiras)	1.128.730 carteiras
Eletrônicos (und)	551
Embarcações (und)	0
Maq. Agrícolas	0
Valores (euro)	7.650 euros
Valores(reais)	41.925,00 reais
Veículos (und)	88

**TABELA 17 – RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE DEFESA INSTITUCIONAL EM 2012**

<b>DELINST</b>	
<b>1. INQUÉRITOS</b>	<b>SR</b>

Por Flagrante	02
Por Portaria	60
Total Instaurados	62
Relatados	50
Em Andamento	109
<b>2. PESSOAS</b>	
Presas	02
Indiciadas	48
<b>3. SEGURANÇA DIGNITÁRIO</b>	00
<b>4. OPERAÇÕES REALIZADAS</b>	01

**TABELA 18 – RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE REPRESSÃO A CRIMES PREVIDENCIÁRIOS EM 2012**

<b>DELEPREV</b>	
<b>1. INQUÉRITOS</b>	<b>SR</b>
Por Flagrante	00
Por Portaria	44
Total Instaurados	44
Relatados	39
Em andamento	89
Inquirições	244
Perícias Requisitadas	34
CP's expedidas	58
CP's atendidas	27
<b>2. PESSOAS</b>	
Presas	00
Indiciadas	30
<b>3. OPERAÇÕES REALIZADAS</b>	<b>00</b>

## 13 RESULTADOS E CONCLUSÕES

### 13.1 Atuação frente aos objetivos estratégicos traçados para o exercício de 2013

As principais ações desenvolvidas no exercício foram:

a) Superação das apreensões de Cocaína, em relação ao exercício de 2012 no âmbito da SR/DPF/MS e descentralizadas. Em 2012, foram apreendidos 3.590.596,61 gramas. Em 2013, foram apreendidos 6.385.170,00 gramas.

b) Reuniões periódicas com as Chefias de todos os Núcleos, Setores e Delegacias da Regional e de suas descentralizadas, com o objetivo de promover a permanente padronização de ações e procedimentos.

d) Realização periódica de visitas institucionais aos demais Órgãos das esferas federal e estadual, e realização de reuniões, com o objetivo de otimização dos relacionamentos institucionais, de modo a facilitar o desenvolvimento de ações conjuntas.

e) Continuidade do desenvolvimento da Operação Sentinela-MS – trata-se de operação de caráter permanente, desenvolvida sob a égide da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, e executada no âmbito desta Superintendência. Desenvolvida mediante o emprego de parcela significativa do efetivo desta Regional e dos recursos financeiros destinados a esta UJ, a Operação Sentinela-MS é de extrema relevância para a sociedade. O operativo integra a Política de Segurança Pública do Governo Federal, com vistas a prevenir e reprimir, em especial, o tráfico de entorpecentes e de armas/munições através da faixa de fronteira, não só em Mato Grosso do Sul, como também ao longo de toda a extensão oeste do território brasileiro.

f) Continuidade do desenvolvimento da Operação Segurança-MS – também desenvolvida mediante o emprego de parcela significativa do efetivo desta Regional e dos recursos financeiros destinados a esta UJ, trata-se de operação de caráter permanente, desenvolvida sob a égide da Divisão de Segurança de Dignitários da Polícia Federal, e executada no âmbito desta Superintendência, cujo operativo é desenvolvido com vistas a proporcionar segurança física a magistrado federal em Mato Grosso do Sul.

g) Continuidade do desenvolvimento das ações da FORÇA-TAREFA-MS, a qual resulta do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a União, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, com interveniência da Diretoria de Combate ao Crime Organizado, e a Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, estabelecendo a cooperação técnica e operacional entre os partícipes, com vistas à intensificação, em caráter especial, do enfrentamento ao crime organizado, da delinquência transnacional, nas suas manifestações de grave ameaça à ordem e a segurança pública nacional, particularmente no combate ao tráfico de armas e delitos de furto, roubo, sequestro e receptação de cargas e de valores, lavagem e ocultação de bens, direitos e valores e demais crimes conexos, nos termos do preceituado na Lei nº 10446, de 08 de maio de 2002.

h) Continuidade do desenvolvimento de Operativos Decorrentes de Conflitos Agrários – ao longo das últimas décadas vem sendo cada vez mais constantes os eventos envolvendo a disputa por terras entre o agronegócio e as comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul. Tal questão merece especial atenção por parte dos Órgãos de Segurança Pública, demandando, por parte desta Polícia Judiciária da União atuação permanente, de caráter preventivo, de caráter repressivo, de cunho investigativo, e cumprimento de ordens judiciais decorrentes das contendas jurídicas. Também neste aspecto, ainda que pese o emprego de parcela significativa do efetivo desta Regional e dos recursos financeiros destinados a esta UJ, tais ações de polícia judiciária são de extrema relevância por seu caráter mantenedor da ordem jurídica.

i) Continuidade quanto à realização de eventos de aprimoramento dos servidores no âmbito da SR/DPF/MS e descentralizadas, através da realização de cursos de capacitação, com participação de servidores da SR/DPF/MS e das respectivas Delegacias Descentralizadas, e participação em eventos promovidos pelo Órgão-Central.

i.1. 1ª Capacitação e Sensibilização para o ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS. Período: 30 e 31 de Julho de 2013; LOCAL: Auditório da Superintendência da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul; PÚBLICO ALVO: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Agência Brasileira de Inteligência e Exército Brasileiro; OBJETIVO: Capacitar e Sensibilizar os agentes da Segurança Pública na identificação e enfrentamento aos casos de tráfico de pessoas.

i.2. Curso Gestão Administrativa para Delegados Regionais Executivos. De 08.10.2013 a 09.10.2013 foi realizado em Brasília-DF o Curso Gestão Administrativa promovido pela Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, mediante iniciativa da Assessoria de Controle Interno do DPF, por intermédio da Academia Nacional de Polícia em Brasília, abordando os temas: Controle Interno, Contratos, Licitações, Orçamento, Ordenador de Despesas, Relatório de Gestão, Indicadores, Órgãos de Controle e Recursos Humanos. Pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul participou o Delegado de Polícia Federal Chang Fan, ocupante do cargo de Delegado Regional Executivo. Pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul participou o Delegado de Polícia Federal Chang Fan, ocupante do cargo de Delegado Regional Executivo.

i.3. Curso Gestão Administrativa para Superintendente Regionais. De 15.10.2013 a 16.10.2013 foi realizado em Brasília-DF o Curso Gestão Administrativa para Superintendentes Regionais - SR, promovido pela Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, mediante iniciativa da Assessoria de Controle Interno do DPF, por intermédio da Academia Nacional de Polícia em Brasília, abordando os temas: Controle Interno, Contratos, Licitações, Orçamento, Ordenador de Despesas, Relatório de Gestão, Indicadores, Órgãos de Controle e Recursos Humanos. Pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul participou o Delegado de Polícia Federal Edgar Paulo Marcon, ocupante do cargo de Superintendente Regional.

#### i.4. CURSOS DE ARMAMENTO E TIRO.

i.4.1. No período de 18.03.2013 a 22.03.2013 foi realizado Treinamento de Tiro oferecido a policiais federais lotados em Mato Grosso do Sul, no contexto da programação de treinamento de armamento e tiro continuado de 2013, no município de Corumbá/MS, Ordem de Missão Policial nº 297/2013-SR/DPF/MS.

i.4.2. Na data de 04.04.2013 foi realizado Treinamento de Tiro oferecido a policiais federais lotados em Mato Grosso do Sul, no contexto da programação de treinamento de armamento e tiro continuado de 2013, no município de Campo Grande/MS, Ordem de Missão Policial nº 367/2013-SR/DPF/MS.

i.4.3. No período de 23.04.2013 a 26.04.2013 foi realizado Treinamento de Tiro oferecido a policiais federais lotados em Mato Grosso do Sul, no contexto da programação de treinamento de armamento e tiro continuado de 2013, no município de Campo Grande/MS, Ordem de Missão Policial nº 481/2013-SR/DPF/MS.

i.4.4. No período de 19.05.2013 a 01.06.2013 foi realizado Curso de Operador de Fuzil e Taser oferecido a policiais federais lotados em Mato Grosso do Sul, no contexto da programação de treinamento de armamento e tiro continuado de 2013, no município de Dourados/MS, Ordem de Missão Policial nº 595/2013-SR/DPF/MS. O treinamento contou



com a colaboração e participação da Coordenação de Operações Táticas – COT/DPF, e teve como público-alvo seis policiais de cada uma das Delegacias Descentralizadas em Ponta Porã, Dourados, Corumbá e Três Lagoas.

i.4.5. Na data de 21.10.2013 foi realizado Treinamento de Tiro oferecido a policiais federais lotados em Mato Grosso do Sul, no contexto da programação de treinamento de armamento e tiro continuado de 2013, no município de Campo Grande/MS, Ordem de Missão Policial nº 1.342/2013-SR/DPF/MS.

i.4.6. No período de 23.10.2013 a 24.10.2013 foi realizado Treinamento de Tiro oferecido a policiais federais lotados em Mato Grosso do Sul, no contexto da programação de treinamento de armamento e tiro continuado de 2013, no município de Campo Grande/MS, Ordem de Missão Policial nº 1.366/2013-SR/DPF/MS e Ordem de Missão Policial nº 1.367/2013-SR/DPF/MS.

i.4.7. Na data de 30.10.2013 foi realizado Treinamento de Tiro oferecido a policiais federais lotados em Mato Grosso do Sul, no contexto da programação de treinamento de armamento e tiro continuado de 2013, no município de Campo Grande/MS, Ordem de Missão Policial nº 1.396/2013-SR/DPF/MS.

j) Instituição do Grupo de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – GPRED, vinculado à DRCOR/SR/DPF/MS, através da Portaria nº 34/2013-GAB/SR/DPF/MS datada de 18 de fevereiro de 2013, ao qual, no âmbito da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul resta atribuído promover ações sócio-educativas e palestras que visem à prevenção ao uso indevido de substâncias entorpecentes e drogas afins, bem como a divulgação da imagem da SR/DPF/MS em suas atividades, através da Comunicação Social, especialmente no que se refere ao combate à criminalidade e à prestação de serviços à população.

k) Conclusão dos processos de licitações e dos processos de contratações das obras de reparos nas Delegacias de Polícia Federal em Dourados, Ponta Porã e Corumbá, tratando-se no caso destas duas últimas, de reparos concernentes a manutenções prediais urgentes cujas demandas são imprescindíveis enquanto não construídas as novas sedes.

l) Conclusão dos processos de licitações e dos processos de contratações das obras de reparos no edifício sede desta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, com vistas a manutenção e otimização das condições de funcionalidade das instalações.

m) Com vistas a oferecer à população maior facilidade na obtenção de documentos de viagem, foi firmado contrato de comodato entre esta UJ e o Shopping Campo Grande, restando a utilização de espaço físico naquele centro comercial com vistas ao atendimento ao público que recorre à Polícia Federal para tal mister.

As principais dificuldades para a realização dos objetivos da UJ foram:

a) Defasagem de recursos orçamentários e financeiros destinados a esta UJ, face à universalidade de demandas.

b) Persiste a situação de extrema carência de servidores do Plano Especial de Cargos (administrativos), sendo que tal percalço somente é contornado mediante a alocação de servidores da atividade-fim (policiais) para suprir as atividades da área-meio, originariamente afeta aos servidores administrativos.

14.2 Principais medidas que deverão ser adotadas nos exercícios seguintes para mitigar os desvios dos objetivos traçados para o exercício de 2013

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos relacionam-se diretamente à escassez de efetivo voltado a área-meio (servidores do Plano Especial de Cargos), bem como ao contingenciamento orçamentário e consequente escassez de recursos financeiros, conforme dissertado no tópico “Principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ”, sendo que escapam ao contexto desta UJ a adoção de medidas com vistas a mitigação de seus efeitos.

No âmbito regional, para o ano de 2014 temos no contexto dos objetivos estratégicos as ações concernentes às áreas de defesa institucional, o permanente combate aos crimes de tráfico de entorpecentes, contrabando e descaminho, tráfico de armas e de munições, aos crimes contra o Meio Ambiente, crimes financeiros, corrupção e crimes de desvio de dinheiro público.

Em seu mister, a gestão desta Regional empreende e desenvolve junto aos administrados o “fazer o máximo” com os recursos disponíveis.

Conforme demonstrado ao longo deste relatório os recursos são empregados de forma otimizada, com parcimônia, mediante pleno controle, e de modo que alcancem o fim a que se destinam, que se consubstancia no bem servir à sociedade.

Planos e projetos para o exercício seguinte, cujas medidas redundam em benefícios, e na otimização de toda a atividade-fim da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul.

a) dar prosseguimento às gestões em trâmite junto à Direção-Geral da Polícia Federal, de modo a propiciar a continuidade e ampliação dos serviços contratados por esta Unidade Gestora, bem como a viabilização de reformas necessárias a adequação das instalações desta Sede Regional e das respectivas descentralizadas.

b) construção da nova Sede da Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã/MS.

c) construção da nova Sede da Delegacia de Polícia Federal em Corumbá/MS.

d) execução das obras de reformas das Delegacias de Polícia Federal em Ponta Porã, Dourados e Corumbá, em decorrência dos respectivos processos de licitações e dos processos de contratações ocorridos no ano de 2013.

e) conclusão dos processos de licitações e dos processos de contratações das obras de ampliação da Delegacia de Polícia Federal em Naviraí.

f) conclusão dos processos de licitações e dos processos de contratações das obras de reparos no edifício sede desta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul.

g) continuidade e aprimoramento de ações preventivas e repressivas no combate ao tráfico de entorpecentes, de armas e munições.

h) continuidade ao processo de aprimoramento dos servidores no âmbito da SR/DPF/MS e descentralizadas, abrangendo, inclusive, capacitações de novos servidores policiais, empossados nesta Regional durante o exercício de 2013.

i) continuidade da sistemática de realização de reuniões periódicas com as Chefias de todos os Núcleos, Setores e Delegacias da Regional e de suas descentralizadas.

j) continuidade da sistemática de realização de reuniões periódicas com o efetivo da Regional e das descentralizadas.

k) manter o estreitamento das relações com os demais Órgãos das esferas federal e estadual.

Importante destacar a continuidade das operações de caráter permanente desenvolvidas no âmbito desta Superintendência da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, Operação Sentinela-MS, e Operação Segurança-MS.

Cabe ainda destacar as ações preventivas concernentes aos grandes eventos a serem realizados em breve no Brasil – Copa do Mundo FIFA-2014, e Olimpíadas-2016, demandando, desde já, especial atenção no que concerne a implementação de medidas adicionais de controle nos portos, aeroportos, e regiões de fronteira, tanto em relação ao domínio do conhecimento - Inteligência Estratégica e Inteligência Policial, quanto à repressão ostensiva aos mais variados ilícitos.

### 13.3 CONCLUSÃO

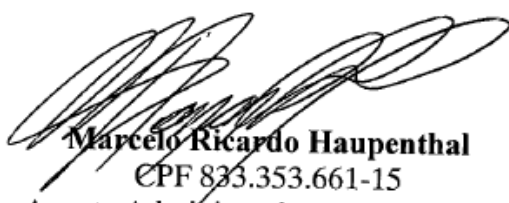
Diante do exposto no presente Relatório, pode-se concluir que a SR/DPF/MS atuou, no exercício de 2013, em consonância aos objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública federal, atingindo a finalidade propugnada pelos programas e ações de governo de sua incumbência.

**EDGAR PAULO MARCON**  
Delegado de Polícia Federal  
Superintendente Regional  
SR/DPF/MS

14 ANEXOS

14.1 Quadro 14.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no Siasg e Siconv


**QUADRO 14.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV**

<p style="text-align: center;"><b>DECLARAÇÃO</b></p> <p>Eu, <b>MARCELO RICARDO HAUPENTHAL</b>, CPF nº <b>833.353.661-15</b>, <b>Agente Administrativo</b>, exercido na <b>SR/DPF/MS</b> declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p style="text-align: right;">Campo Grande, 26 de março de 2014.</p> <p style="text-align: center;"> <b>Marcelo Ricardo Haupenthal</b> CPF 833.353.661-15 Agente Administrativo – SR/DPF/MS</p>
--

14.2 Quadro 14.2 – Declaração do Contador atestando as demonstrações contábeis

**QUADRO 14.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA**

**Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO MS - SR/DPF/MS			200354
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	27/01/2014
Contador Responsável	GLADSTON GUIMARAES NAVES 	CRC nº	DF-12534/O-8